

Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Departamento de Ensino de Graduação a Distância
Centro Socioeconômico
Departamento de Ciências da Administração

Contabilidade Básica

Professor

Roque Brinckmann

2014
3ª edição

Copyright © 2014. Universidade Federal de Santa Catarina / Sistema UAB. Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, do autor.

1ª edição – 2009.

2ª edição revisada e atualizada – 2011.

B858c Brinckmann, Roque

Contabilidade básica / Roque Brinckmann. – 3. ed. –Florianópolis:
Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2014.

110p.

Inclui bibliografia

Curso de Graduação em Administração, modalidade a distância

ISBN: 978-85-7988-136-7

1. Contabilidade gerencial. 2. Administração financeira. 3. balanço
(Contabilidade). 4. Educação a distância. I. Título.

CDU: 657.14

Catálogo na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

REITORA – *Roselane Neckel*
VICE-REITORA – *Lúcia Helena Martins Pacheco*
PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO – *Julian Borba*
COORDENADOR UAB – *Sônia Maria Silva Correa de Souza Cruz*

CENTRO SOCIOECONÔMICO

DIRETORA – *Elisete Dahmer Pfitscher*
VICE-DIRETOR – *Rolf Hermann Erdmann*

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO

CHEFE DO DEPARTAMENTO – *Marcos Baptista Lopez Dalmau*
SUBCHEFE DO DEPARTAMENTO – *Eduardo Lobo*
COORDENADOR DE CURSO – *André Luís da Silva Leite*
SUBCOORDENADOR DE CURSO – *Rogério da Silva Nunes*
COMISSÃO EDITORIAL E DE REVISÃO – *Alessandra de Linhares Jacobsen*
Mauricio Roque Serva de Oliveira
Paulo Otolini Garrido
Claudelino Martins Dias Junior
COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DE RECURSOS DIDÁTICOS – *Denise Aparecida Bunn*
SUPERVISÃO DE PRODUÇÃO DE RECURSOS DIDÁTICOS – *Erika Alessandra Salmeron Silva*
DESIGN INSTRUCIONAL – *Denise Aparecida Bunn*
Patrícia Regina da Costa
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO – *Annye Cristiny Tessaro*
REVISÃO DE PORTUGUÊS – *Patrícia Regina da Costa*
Jaqueline Ávila dos Santos
Sergio Meira
ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO – *Roque Brinckmann*
COLABORADOR – *Gabriel Jardim Brinckmann*

Apresentação

Olá! Seja bem-vindo(a)!

Pelo estudo desta disciplina *Contabilidade Básica* você tomará conhecimento de como a Ciência Contábil pode ser útil na administração das organizações. De forma genérica, a você será ensinado o fluxo das informações financeiras das entidades empresariais. Em especial, será mostrado como essas informações podem ser compiladas, sistematizadas e apresentadas aos interessados na evolução patrimonial das empresas e na forma como os negócios estão obtendo seus resultados.

Você deverá estudar os conteúdos apresentados ao longo do texto e seguir as instruções respeitantes à realização das tarefas de fixação indicadas. Além disso, faz-se importante a pesquisa e a leitura de textos complementares sobre os assuntos abordados.

Cada Unidade deste material apresenta em seu início os objetivos a serem alcançados por seu estudo. Por isso é importante que você observe a ligação entre os temas propostos, a fim de construir o entendimento global dado pelas inter-relações entre os conteúdos de todas as Unidades em que se divide o presente material.

De forma adicional ao estudo dos aspectos básicos da Contabilidade para a Ciência da Administração, ao final é apresentada uma introdução sobre a análise das demonstrações contábeis. Com foco principal no Balanço Patrimonial, este último estudo pretende prover você do entendimento básico necessário para futuramente avançar no assunto.

Finalmente queremos agradecer a cessão de valioso material na forma de apostilas concedido pelas professoras Elisete Dahmer Pfitscher, Fabrícia Silva da Rosa e Maria Denize Henrique Casagrande, cujos créditos encontram-se devidamente assinalados nas referências contempladas aqui neste material. Muito obrigado!

Professor Dr. Roque Brinckmann

Colaborador Professor Mestrando Gabriel Jardim Brinckmann

Lista de siglas

ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas
AC – Ativo Circulante
ADC – Análise das Demonstrações Contábeis
AI – Ativo Imobilizado
AÑC – Ativo Não-Circulante
APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos e Mercado de Capitais
ARLP ou RLP – Ativo Realizável a Longo Prazo
AT – Ativo Total
BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo
BP – Balanço Patrimonial
C – Crédito
CCP – Capital Circulante Próprio
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CMV – Custo das Mercadorias Vendidas
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CPC – Comissão de Pronunciamentos Contábeis
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CPV – Custo de Produtos Vendidos
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CSP – Custos dos Serviços Prestados
CT – Capital de Terceiros
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
D – Débito
DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa
DLPA – Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados
DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DO – Despesas Operacionais
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício
DVA – Demonstração do Valor Adicionado
EF – Estoque Final
EI – Estoque Inicial

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ILC – Índice de Liquidez Corrente
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IR – Imposto de Renda
ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
LC – Liquidez Corrente
LG – Liquidez Geral
LI – Liquidez Absoluta, Imediata ou Instantânea
LL – Lucro Líquido
LLE – Lucro Líquido do Exercício
LOB – Lucro Operacional Bruto
LOL – Lucro Operacional Líquido
LS – Liquidez Seca
MP – Medida Provisória
NBC T – Normas Brasileiras de Contabilidade (Técnicas)
PC – Passivo Circulante
PET – Passivo Exigível Total
PL – Patrimônio Líquido
PMPC – Prazo Médio de Pagamento de Compras
PMRE – Prazo Médio de Renovação de Estoques
PMRV – Prazo Médio de Recebimentos de Vendas
PÑC – Passivo Não-Circulante
RE – Rotação dos Estoques
RFB – Receita Federal do Brasil
RIR – Regulamento do Imposto de Renda
RLP – Ativo Realizável a Longo Prazo
ROB – Receita Operacional Bruta
ROE – *Return on Equity*
ROI – *Return on Investment*
ROL – Receita Operacional Líquida
S.A. – Sociedades Anônimas
TRI – Taxa de Retorno do Investimento
VPL – Valor do Patrimônio Líquido

Sumário

Unidade 1 – A Contabilidade e a Ciência da Administração

E Surge uma Nova Empresa (e com ela seu Patrimônio)	13
A Contabilidade para a Gestão do Patrimônio	14
Fatos Contábeis e seu Registro.	16
O Balanço Patrimonial – BP.	18
Resumindo.	30
Atividades de aprendizagem.	31

Unidade 2 – A Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, a Contabilidade por Balanços Sucessivos e o Método das Partidas Dobradas

A Estrutura Geral da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.	35
A Apuração da Receita Operacional Líquida	37
A Apuração do Resultado (Lucro ou Prejuízo) Operacional Bruto.	39
A Apuração do Resultado Operacional Líquido antes do “IR” e “CSLL”.	40
A Apuração do Lucro após o “IR” e “CSLL”	43
A Apuração do Resultado Líquido do Exercício	43
Balanços Sucessivos	45
Método das Partidas Dobradas	46
Resumindo.	50
Atividades de aprendizagem.	52

Unidade 3 – A Lei n. 11.638,/07 e os Princípios Fundamentais de Contabilidade

Lei n. 11.638/07 (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008)	71
Algumas Importantes Alterações Trazidas pela Lei n. 11.638/07	72
A Importância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade	76
Resumindo.	86
Atividades de aprendizagem.	87

Unidade 4 – Introdução à Análise das Demonstrações Contábeis

Origens da Análise das Demonstrações Contábeis	91
Abordagem Conceitual	92
Os Usuários das ADC e suas Necessidades de Informações	93
Demonstrações Financeiras.	95
Resumindo.	105
Atividades de aprendizagem.	107
Referências.	108
Minicurriculo.	110

1

UNIDADE

A Contabilidade e a Ciência da Administração



Nesta primeira Unidade você estudará como se dá a perfeita relação entre a Contabilidade e a Ciência da Administração, no sentido de ver uma perfeita ferramenta de gestão das empresas. Além disso, será apresentada a você a estrutura do Balanço Patrimonial, com ênfase em seus principais componentes representativos do patrimônio da empresa, o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido, mais a equação básica da Contabilidade e as situações líquidas possíveis.

E Surge uma Nova Empresa (e com ela seu Patrimônio)

Olá, estudante!

Estamos iniciando nesta Unidade o conteúdo de Contabilidade Básica. A partir de agora você conhecerá um pouco sobre a relação entre estas duas áreas: Contabilidade e Administração. Leia com atenção o conteúdo proposto e realize as atividades que estão indicadas no final da Unidade. Sua leitura, a realização das atividades e os contatos com o seu tutor e o seu professor têm um só objetivo: ajudá-lo no processo de construção do conhecimento e no desenvolvimento de habilidades que caracterizarão seu novo perfil profissional ao final deste curso.

E então, vamos lá?

Até agora você já aprendeu algumas coisas sobre empreendimentos neste Curso de Administração, mas que tal retornarmos ao início de tudo, isto é, quando duas ou mais pessoas resolvem “abrir um negócio”?

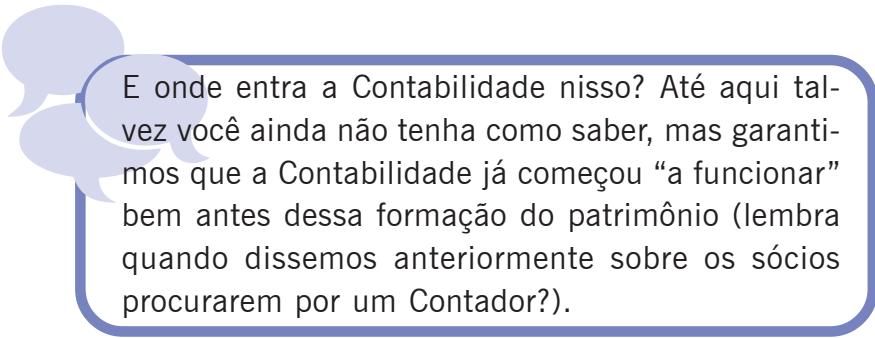
Quando isso acontece, o que é natural que as pessoas façam? Isso mesmo, elas pensam em um nome para a empresa, um local para as atividades e do que precisarão para desenvolver seus trabalhos. Em seguida precisam tomar algumas providências: procurar por um Advogado e um Contador e então realizarem um contrato entre si, pois se tornarão sócias do novo empreendimento.

Entre tantas outras atividades de registro de documentos, a nova firma deve obter um cadastro na Receita Federal do Brasil – RFB <www.receita.fazenda.gov.br>. Assim, junto a RFB a nova empresa recebe um número de cadastro chamado Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ –, geralmente um número composto por 14 dígitos como, por exemplo, o da UFSC: 83.899.526/0001-82.

Veja o “milagre” que aconteceu! Uma nova “pessoa” passou a existir no “mundo jurídico”. Sim, uma nova pessoa, não exatamente física como você ou eu, mas uma pessoa jurídica. Agora, essa nova pessoa, esse novo empreendimento, tal como nós, irá ser detentor não só de muitos bens e direitos, mas também de obrigações. Tais bens, direitos e obrigações passam então a fazer parte do “patrimônio” da empresa.

Mas e o que seriam bens, direitos e obrigações? Grosso modo, poderíamos dizer que os bens e os direitos são aquelas partes do patrimônio nas quais os recursos da empresa são aplicados. E as obrigações? É a parte do patrimônio que deu origem aos tais recursos aplicados nos bens e direitos. Mais adiante isso será explicado em detalhes.

Bem, então chegamos ao seguinte ponto, ao criarmos uma empresa, ela passa a ser uma nova pessoa (jurídica) no mundo, então passa a ser detentora de um patrimônio. É fácil depreender que esse patrimônio está sempre se modificando ao longo do tempo. Por exemplo, a empresa pode desfazer-se de um bem, ou mesmo adquirir um novo. Ela pode ainda obter o direito de cobrar certa quantia de alguém ou de outra empresa. Ela também pode adquirir novas obrigações, como um empréstimo junto a um banco, ou mesmo extinguir (pagar) uma dívida que possuía.



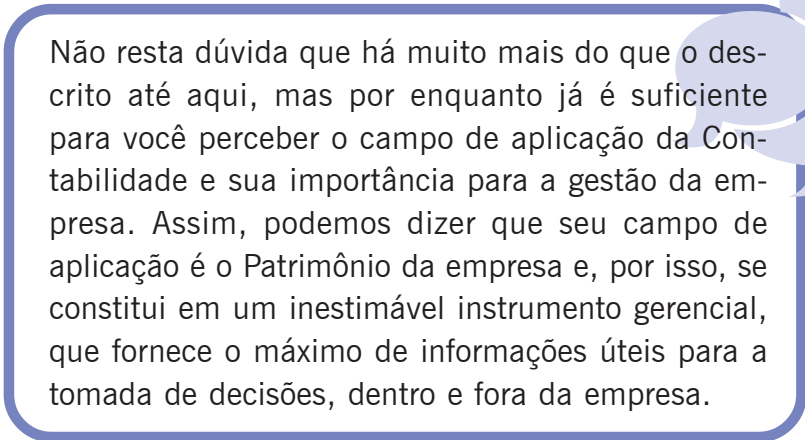
E onde entra a Contabilidade nisso? Até aqui talvez você ainda não tenha como saber, mas garantimos que a Contabilidade já começou “a funcionar” bem antes dessa formação do patrimônio (lembra quando dissemos anteriormente sobre os sócios procurarem por um Contador?).

A Contabilidade para a Gestão do Patrimônio

Como você sabe, a Ciência da Administração preocupa-se com a gestão ótima dos recursos humanos e materiais. Assim, fica fácil imaginar como seria bom se dispuséssemos de ferramentas que nos dessem informações sobre em que proporção os recursos aplicados na empresa estão gerando resultados consistentes, ou seja, se clien-

tes, sócios e colaboradores estão sendo satisfeitos. É aqui que (também) entra a Contabilidade.

Como já sugerimos antes, sob a ótica da Contabilidade, as modificações que ocorrem no patrimônio de uma empresa são reflexos de como estamos administrando seus recursos. Em outras palavras, a Contabilidade permite ao Administrador, dentro de determinados períodos de tempo, saber como os recursos que conseguiu obter (origem dos recursos) estão sendo aplicados (aplicação dos recursos). Ou seja, com isso o Administrador conhece e controla as modificações que ocorrem em seu patrimônio e sabe qual o resultado que essas aplicações de recursos estão gerando.



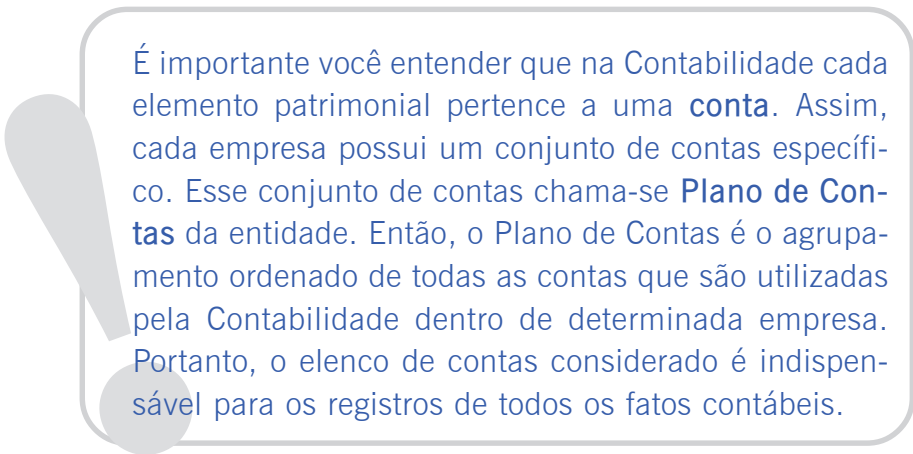
Não resta dúvida que há muito mais do que o descrito até aqui, mas por enquanto já é suficiente para você perceber o campo de aplicação da Contabilidade e sua importância para a gestão da empresa. Assim, podemos dizer que seu campo de aplicação é o Patrimônio da empresa e, por isso, se constitui em um inestimável instrumento gerencial, que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões, dentro e fora da empresa.

Como veremos em seguida, todas as movimentações passíveis de mensuração em moeda são registradas pela Contabilidade. Ato contínuo, esses dados mensurados em moeda são resumidos e agregados em contas de maneira sistêmica, sendo então assim apresentados na forma de relatórios contábeis. Todos aqueles interessados em conhecer melhor determinada empresa, podem então se valer desses relatórios contábeis e através deles recordar os fatos acontecidos, analisar os resultados obtidos e conhecer as causas que levaram àqueles resultados, e assim, finalmente, podem tomar decisões e adotar direcionamentos pertinentes.

Fatos Contábeis e seu Registro

Um fato contábil é todo aquele que provoca modificação no patrimônio de uma empresa. Ele difere dos chamados fatos administrativos, pois é um subconjunto deles, portanto, nem todos os fatos administrativos serão contabilizados, mas perceba o seguinte exemplo: suponha que uma empresa contrate um novo funcionário. O ato da contratação em si é um fato administrativo que não é objeto de contabilização, porém, outros fatos decorrentes como, por exemplo, o pagamento de salário, deverão ser contabilizados, pois alteram a posição patrimonial da empresa.

Assim, todos os fatos contábeis envolvem dados que devem ser traduzidos em moeda, a fim de que seja registrada a ocorrência que afetou o patrimônio da entidade. Ora, ao longo do tempo esses dados vão se armazenando, constituindo assim importante banco de dados com informações preciosas sobre todas as modificações pelas quais passou o patrimônio da empresa. Para efeito de informação complementar, tais registros são feitos de forma cronológica e conforme as contas que são afetadas por cada fato contábil.



É importante você entender que na Contabilidade cada elemento patrimonial pertence a uma **conta**. Assim, cada empresa possui um conjunto de contas específico. Esse conjunto de contas chama-se **Plano de Contas** da entidade. Então, o Plano de Contas é o agrupamento ordenado de todas as contas que são utilizadas pela Contabilidade dentro de determinada empresa. Portanto, o elenco de contas considerado é indispensável para os registros de todos os fatos contábeis.

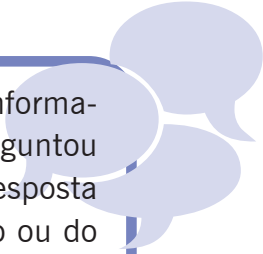
Cada empresa, de acordo com sua atividade e seu tamanho (micro, pequena, média ou grande), deve ter o seu próprio Plano de Contas. Não há razão, por exemplo, para uma empresa prestadora de serviços possuir uma conta de “Estoque”, pois, normalmente, não vende mercadorias, apenas presta serviços.

Um Plano de Contas, portanto, deve registrar as contas que serão movimentadas pela Contabilidade em decorrência das operações da empresa ou, ainda, contas que, embora não movimentadas no presente, poderão ser utilizadas no futuro. Na prática, cada conta no Plano de Contas é numerada (codificada) de forma racional, o que facilita a contabilização por meio de processos mecânicos ou processos eletrônicos.

Quando ocorre um fato contábil, a Contabilidade examina quais as contas envolvidas e registra o fato. No chamado “Livro Diário”, como o próprio nome sugere, esse registro é feito rigorosamente em ordem cronológica. Já no “Livro Razão”, o mesmo registro (“lançamento”) movimenta os valores de cada conta envolvida no fato contábil, separando assim os valores não por ordem cronológica, mas por conta compreendida no evento contábil.


Neste ponto você deve fazer uma pesquisa sobre Plano de Contas na internet. Para tanto, em um mecanismo de busca (sugerimos aqui o Google: <<http://www.google.com.br>>), você poderá ingressar com a palavra-chave: “plano de contas”, seguida de uma ou mais das seguintes palavras-chave: “exemplo”, “contabilidade”, “plano de contas geral”, “empresas comerciais”, “empresas industriais”, etc.

De todo modo, vale registrar que as Demonstrações Contábeis, ou Relatórios Contábeis, são então peças construídas pela Contabilidade, nas quais os dados dos fatos contábeis registrados ao longo de um período são apresentados dentro de uma determinada sistematização, ou seja, são resumidos e ordenados.



Aqui vale uma pausa para refletir sobre as informações apresentadas até agora. Se você perguntou de onde vêm esses dados, perceba que a resposta é simples: vêm dos registros do Livro Diário ou do Livro Razão, lembra-se?

A **Lei n. 6.404/76**, mais todas as alterações posteriores, chamada também de **Lei das Sociedades Anônimas** (S.A.), é a lei que traz todas as determinações de como deve ser tratada a Contabilidade de uma empresa. Veja que essa lei, em princípio, foi criada como normativa para as chamadas **sociedades anônimas de capital aberto**, grosso modo, conhecidas como aquelas empresas que operam na bolsa de valores de São Paulo (brasileira), ou seja, a

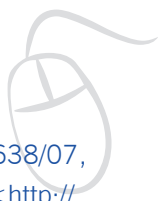


Sobre a Lei n. 6.404/76 leia mais no site: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 4 nov. 2011.

BOVESPA <www.bovespa.com.br>. No entanto, essa lei, sempre que pertinente, ou quando autoridades assim entendem, também termina por ser aplicada em outros casos, valendo ainda para a totalidade da operacionalização contábil.

Por fim, cabe salientar que a Lei n. 6.404/76 (e suas modificações posteriores) obriga as empresas às quais abrange a confeccionarem e publicarem alguns de seus demonstrativos contábeis, tais como:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Fluxo de Caixa; e
- Demonstração do Valor Adicionado.



Sobre a Lei n. 11.638/07, leia mais no site: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 4 nov. 2011.

Cabe também salientar que recentemente a Lei n. 11.638/07 trouxe importantes modificações à Lei n. 6.404/76, no entanto, ao longo do ano de 2008 e 2009 muitos desses novos direcionamentos ainda estão sendo objeto de abordagem com o objetivo de regular sua operação pela Contabilidade, trabalho desenvolvido, principalmente, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC –, <www.cpc.org.br>. Assim, é muito importante que você, estudante, mantenha-se informado sobre as implementações que venham a ser consideradas.

Para que você comece a “visualizar” tudo o que já aprendeu até aqui, nada melhor do que começar a estudar alguns dos Demonstrativos Contábeis assinalados, iniciando pelo “Balanço Patrimonial”. Se tiver alguma dúvida, retome os conteúdos anteriores ou procure orientação com seu tutor.

O Balanço Patrimonial – BP

Bem, o Balanço Patrimonial nada mais é do que um relatório que apresenta o estado de cada conta patrimonial de uma empresa

em um dado momento no tempo, e isso, claro, sempre de forma sistematizada. Já que o BP representa o patrimônio de uma entidade, para entrarmos em detalhes, vamos primeiro identificar como a Contabilidade agrupa os bens, os direitos e as obrigações de uma entidade, ou seja, o seu patrimônio.

Esse agrupamento é feito dividindo-se o patrimônio em duas grandes “metades” complementares. Uma das metades abriga as “origens” dos recursos; já a outra abriga as “aplicações” desses recursos. Então podemos criar um quadro representativo do patrimônio de uma entidade (Quadro 1).

QUADRO REPRESENTATIVO DO PATRIMÔNIO	
Aplicações dos Recursos	Origens dos Recursos

Quadro 1: Representativo do patrimônio de uma entidade
Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

Agora acrescentaremos o seguinte: as obrigações são geradoras de origem de recursos, enquanto os bens e direitos são justamente as aplicações dos recursos gerados. Refazendo o Quadro 1, temos o Quadro 2.

QUADRO REPRESENTATIVO DO PATRIMÔNIO	
Aplicações dos Recursos	Origens dos Recursos
BENS DIREITOS	OBRIGAÇÕES

Quadro 2: Representativo do patrimônio de uma entidade
Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

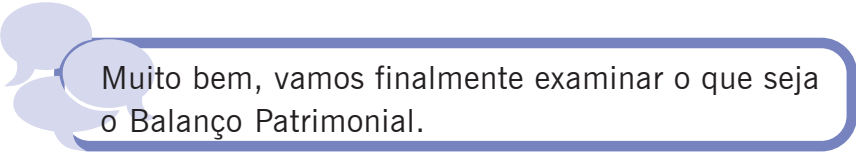
Antes ainda de apresentarmos o BP, cabe descrever melhor sobre o que seriam os bens, os direitos e as obrigações.

Os bens e direitos de propriedade de uma empresa são aqueles que podem trazer benefícios presentes ou futuros à empresa, proporcionando assim seus ganhos. Por exemplo, os Estoques de Mercadorias para Venda, as Máquinas e Equipamentos utilizados nas atividades da empresa, são todos bens da entidade. E os direitos? Os depó-

sitos em dinheiro que a empresa tem em um determinado Banco são um direito que a empresa tem sobre tal Banco; que direito? O direito de sacar algum dinheiro quando assim desejar!

E as obrigações? Bem, aqui, embora controverso, mas buscando sempre a didática, podemos dividir as obrigações em dois grandes grupos:

- Obrigações para com terceiros e com a entidade. Quem? Por exemplo, digamos que a empresa faça um financiamento em um Banco. Pronto, adquiriu a obrigação de devolver esse financiamento ao Banco (e com juros!). Outro exemplo clássico é a empresa comprar a prazo de um Fornecedor seu. Pronto! Adquiriu a obrigação de pagar a compra através de prestações.
- Obrigações para com os sócios. Basicamente, quando uma empresa inicia suas atividades o que acontece? Ela necessita receber um capital inicial para funcionar. Então são os sócios, do próprio bolso, que colocam esse capital inicial na empresa e a isso chamamos de “investimento”. Além disso, durante sua “vida econômica”, espera-se que a empresa “dê lucros”, pois a parte que ficar retida na empresa irá “engordar” aquele capital inicial colocado pelos sócios. Pois bem, tanto aquele capital inicial como as partes dos lucros que “são guardados” na empresa, são obrigações que a empresa possui para com seus sócios! Como assim? Bem, se um dia em um futuro indefinido a empresa encerrar suas operações (“fechar”), cada sócio poderá pegar de volta uma parte da empresa, provavelmente proporcional ao que investiu nela desde o início.



Muito bem, vamos finalmente examinar o que seja o Balanço Patrimonial.

O Balanço Patrimonial, conforme apresentado nos Quadros 1 e 2, constitui-se num relatório também dividido em duas grandes colunas:

- A do lado esquerdo, onde estão os bens e direitos, denomina-se “Ativo”.

- A do lado direito, onde estão as obrigações, possui duas divisões, considerando-a de cima para baixo. A coluna de cima chama-se “Passivo” e contém as contas referentes àquelas obrigações com terceiros. Já a de baixo chama-se “Patrimônio Líquido” e contém as obrigações para com os sócios (Quadro 3).

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Quadro 3: Balanço Patrimonial
Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

Ao longo de nossos estudos verificaremos também, e de maneira plena, que o Balanço Patrimonial possui a principal característica de evidenciar a situação econômica e financeira da empresa num dado momento, ou seja, um verdadeiro “balanço” dos valores de seus bens, direitos e obrigações, os quais se modificam conforme a operação da entidade.

Bem, agora você verá como cada lado se subdivide. Essa subdivisão se dá na forma de grandes grupos que obedecem a uma determinada lógica de disposição. Mais ainda, cada grande grupo pode abrigar também algum subgrupo. Por fim, cada grande grupo ou subgrupo abrigará as contas específicas que serão utilizadas pela empresa para registro dos fatos contábeis que promove.

No Quadro 4 está representada a estrutura básica de um Balanço Patrimonial, conforme indicado pela Lei n. 6.404/76, mais as modificações introduzidas pela Lei n. 11.638/07 e pela [Medida Provisória nº 449/08](#). Veja que é possível buscar uma ordem de liquidez decrescente no Ativo, ou seja, as contas que representam bens e direitos da empresa são colocadas umas após as outras conforme apresentem menor facilidade para realizarem-se em dinheiro. Já do lado do Passivo é possível buscar uma ordem de exigibilidade decrescente, ou seja, as contas que representam obrigações da empresa são colocadas umas após as outras conforme apresentem maior prazo para serem cobradas, por exemplo, contas do Passivo Não-Circulante, como empréstimos bancários de longo prazo, têm menor exigibilidade quanto ao vencimento do que um empréstimo bancário de curto prazo situado no Passivo Circulante.

Veja mais sobre a Medida Provisória n. 449/08 em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/MPs/2008/mp449.htm>. Acesso em: 4 nov. 2011.

BALANÇO PATRIMONIAL	
Ativo	Passivo
Circulante (AC) - Disponibilidades - Aplicações financeiras - Créditos de curto prazo - Despesas antecipadas - Outros créditos - Estoques	Circulante (PC) - Fornecedores - Empréstimos bancários de curto prazo - Obrigações de curto prazo - Tributos a pagar - Adiantamentos de clientes (Receitas antecipadas)
Não-Circulante (AÑC) - Ativo realizável a longo prazo (ARLP) - Investimentos - Imobilizado - Intangível	Não-Circulante (PÑC) Patrimônio Líquido (PL) - Capital social - Reservas de capital - Ajustes da avaliação patrimonial - Reservas de lucros - (-) Ações em tesouraria - Prejuízos acumulados

Quadro 4: Balanço Patrimonial
 Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

O Ativo

No Ativo é incluído o conjunto de bens e direitos de propriedade de uma entidade. São então todos os itens do patrimônio capazes de trazer benefícios presentes ou futuros à empresa, ou seja, proporcionam seus ganhos.

De forma sucinta, para que possa ser Ativo, o elemento deve obedecer aos seguintes requisitos: ser um bem ou um direito; ser propriedade da empresa; ser mensurável monetariamente; e possibilitar a formação de ganhos presentes ou futuros. Se algum desses requisitos não se cumprir, o bem ou direito não poderá constar do Ativo da entidade.

Por fim, cabe lembrar que o Ativo representa aplicação de recursos na empresa, recursos estes que têm origem no Passivo.

Seguindo o Quadro 4, apresentaremos a seguir uma série de considerações sobre os principais elementos do Ativo.

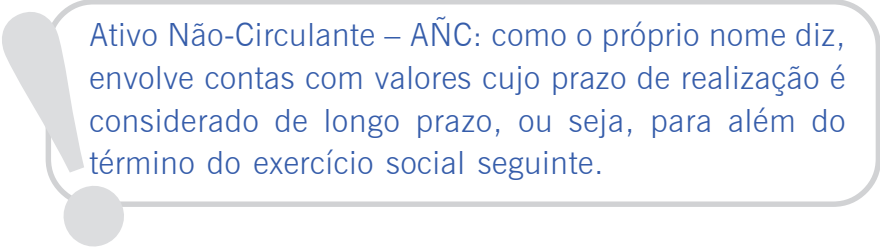
- **Ativo Circulante – AC:** compreende o dinheiro disponível em poder da empresa, suas aplicações financeiras de curto prazo, os valores que serão convertidos em dinheiro a curto prazo, como os créditos de curto prazo, bem como as despesas antecipadas pela entidade. Portanto, é pelo Ativo Circulante que a empresa opera no “curto prazo”, gerando o “caixa” necessário para promover suas vendas e pagar suas dívidas.

De forma genérica, existem algumas contas mais comuns que costumam constar do AC, podendo ser citadas algumas aqui. Essas contas se dividem em subgrupos, que são:

- **Disponibilidades:** Caixa, Banco (conta bancária). Importante salientar que esses valores devem sempre representar recursos de livre movimentação sem que haja quaisquer restrições para seu uso imediato.
- **Aplicações financeiras:** costumam receber aplicações de recursos financeiros em títulos e direitos em geral, como é o caso da Caderneta de Poupança. Eventualmente podem abrigar investimentos temporários como, por exemplo, ações de outras companhias e ouro.
- **Créditos de curto prazo:** constituem direitos adquiridos de valores a receber, geralmente por **vendas a prazo** de mercadorias ou serviços referentes às operações da empresa. É comum o “mercado” atuar dessa forma, ou seja, através de vendas a prazo, que constituem assim o maior volume das transações entre as empresas em geral. Em situações específicas pode aparecer com a expressão “Duplicatas a Receber”, “Clientes”, etc.
- **Despesas Antecipadas:** para entender esta conta é necessário compreender o “Princípio da Competência dos Exercícios”. Esse princípio reza que os fatos contábeis devem ser registrados no período de competência a que se referem. Assim, podemos descrever as Despesas Antecipadas como aquelas que ainda não são despesas pela Competência dos Exer-

cícios, mas que abrigam os gastos já realizados a título de aquisição de algum direito que será consumido ao longo do tempo. Assim, podem ser citados como exemplos os Prêmios de Seguros pagos antecipadamente e as Despesas Financeiras pagas antecipadamente, entre outros.

- **Outros créditos:** as contas aqui abrigadas possuem certa semelhança com as Despesas Antecipadas, visto que recebem os valores que foram adiantados a terceiros sobre os quais então a empresa adquire direito de crédito. Um exemplo clássico são os adiantamentos a empregados, quando a empresa paga parte dos salários aos seus colaboradores de forma adiantada. Importante ressaltar que quaisquer créditos incobráveis, justamente por não se constituírem mais em um direito real de crédito (afinal, são “incobráveis”), evidentemente não poderão constar do Ativo da entidade, sendo um exemplo disso algum “Título a Receber” de uma empresa que faliu.
- **Estoques:** propositalmente estão colocados em último lugar, pois provavelmente são os menos líquidos dentre todos os itens do AC. Eles são os recursos que uma empresa mantém, a fim de com eles dar origem às suas vendas. Mas não só! É comum também colocar os materiais de consumo diário de que a entidade precisa em conta de Estoques, porém, nestes casos, dizemos que esses materiais estão no “Almoxarifado”. Então podemos ter Estoques de Mercadorias para Revenda, Estoques de Matérias-Primas, Estoques de Produtos em Elaboração e assim por diante.



Ativo Não-Circulante – AÑC: como o próprio nome diz, envolve contas com valores cujo prazo de realização é considerado de longo prazo, ou seja, para além do término do exercício social seguinte.

- **Ativo Realizável a Longo Prazo – ARLP ou RLP:** de forma didática, este grupo é comparável ao AC, com a diferença de que aqui os prazos de realização são “Longos”, enquanto no AC, os prazos são “Curtos”. Em outras palavras, estão presentes nesse grupo itens que serão convertidos em dinheiro a “Longo Prazo”, daí serem considerados então “não-circulantes”. Para um entendimento prévio do que seja “Curto ou Longo” prazo, digamos que no “Curto Prazo” se enquadram todos os valores com realização até o término do exercício social seguinte. Portanto, o “Longo Prazo” abrigará prazos superiores ao término do exercício social seguinte, mas veja bem, considerando que o “Ciclo Operacional” da empresa compreende o período de um ano (12 meses). O que é o “Ciclo Operacional”? De forma sucinta e didática, esse é o ciclo da empresa definido pelo período transcorrido desde a compra dos insumos até o momento em que a empresa recebe suas vendas a prazo. Alguns itens que podem compor o RLP são o **tanto de vendas** com prazo de recebimento superior ao término do exercício seguinte, os adiantamentos ou empréstimos que a empresa faz às sociedades coligadas ou controladas por ela e, também, os adiantamentos ou os empréstimos que faz a seus diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia (aqui, independentemente do prazo de realização, se curto ou longo!), bem como qualquer outro crédito cujo prazo de realização se enquadre como de “Longo Prazo”.
- **Investimentos:** neste grupo de contas estão todos os investimentos realizados pela empresa que não fazem parte de sua atividade habitual. Por exemplo, participações societárias permanentes (ou seja, aplicações na compra de ações e outros títulos de participação societária com vistas à obtenção do controle societário da “empresa comprada”), terrenos, obras de arte, imóveis para futura venda, joias e imóveis para renda, entre outros.
- **Imobilizado:** valemo-nos da definição legal: neste item devem ser contabilizados

[...] os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorren-

tes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens. (BRASIL, 1976, art. 179; BRASIL, 2007, art. 178).

Assim, bens tangíveis como o prédio onde se dão as atividades da empresa, seus móveis, veículos utilizados em suas atividades, etc., são considerados itens do Ativo Imobilizado. Mais um detalhe, quaisquer outros bens que, mesmo não sendo propriedade da empresa, mas que se enquadrem como “decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens, deverão também ser contabilizados como item do Ativo Imobilizado” (BRASIL, 1976, art. 179). Por fim, cabe salientar que os itens do Ativo Imobilizado são passíveis de “Depreciação”, por se tornarem obsoletos (ou seja, já não apresentam o desempenho necessário frente a outros similares tecnologicamente mais desenvolvidos) ou porque perdem capacidade de produção por desgaste, ou porque viram sucata (perda total da capacidade), etc. Então, à medida que o tempo passa, a empresa poderá aproveitar parcelas proporcionais de despesas a título de “despesa de depreciação” na apuração do resultado de cada período.

- **Intangível:** diferentemente dos elementos do Ativo Imobilizado, os “Ativos Intangíveis” são bens que não possuem existência física. Como exemplos podemos citar os direitos de exploração de serviços públicos (por concessão ou permissão do Poder Público), as marcas e patentes, os programas de computador (*softwares*), o fundo de comércio, as franquias e os direitos autorais, entre outros. Mas como identificar um intangível? A resposta é que os intangíveis são apreciados pelo custo incorrido quando de sua aquisição (subtraído de toda e qualquer amortização porventura existente). Por exemplo, determinada “marca” conhecida no mercado, mas em relação à qual não se tenha procedido à avaliação na forma prescrita, não poderá compor o Ativo Intangível, pois, apesar de ser um intangível, não é possível avaliá-la. Então, só poderemos considerá-la no ativo se a marca for adquirida de terceiros. (Também é interessante notar que o processo de amortização dos intangíveis possui encaminhamento comparável ao da depreciação dos Ativos Imobilizados.)

O Passivo

Fazem parte deste grupo as obrigações de uma entidade para com terceiros, ou seja, os bens e direitos de outros que se encontram em poder da entidade e que ela tem a obrigação de devolver. O “lado” do Passivo no Balanço Patrimonial é dividido em Circulante, Não-Circulante e Patrimônio Líquido. A exemplo do Ativo, o que diferencia a região circulante da não-circulante é o prazo de exigibilidade, pois os exigíveis a longo prazo são aqueles valores que se realizam para além do final do exercício social seguinte. A parte Circulante e a Não-Circulante também é chamada de “Exigível” (os terceiros a exigem sob certo prazo definido), enquanto que o Patrimônio Líquido também é chamada de “Não-Exigível” (pois não há prazo determinado para os sócios o exigirem de volta).

Por fim, cabe lembrar que o Passivo representa origem de recursos para a empresa, recursos estes que serão aplicados em Ativos. Seguindo o Quadro 4, apresentaremos a seguir considerações sobre os principais elementos do Passivo.

- **Passivo Circulante – PC:** neste grupo classificam-se os valores em haver com terceiros, mas cujo vencimento se dê no máximo ao fim do exercício social seguinte ao encerramento do exercício atual. Alguns exemplos são: dívidas com fornecedores de mercadorias (conta “Fornecedores”), salários, impostos, empréstimos bancários e seus encargos a pagar, entre outros.
- **Passivo Não-Circulante:** neste grupo classificam-se todas as exigibilidades que serão liquidadas a longo prazo, ou seja, seus vencimentos deverão se dar para além do exercício social seguinte ao encerramento do exercício atual.

O Patrimônio Líquido – PL

O Patrimônio Líquido também se constitui em “origem” de recursos, no entanto, esses recursos não são de terceiros, como no Passivo Circulante e Não-Circulante, mas dos sócios ou acionistas (neste caso, de uma empresa sociedade anônima). Então, é no PL que estão os recursos dos proprietários que foram ou continuam sendo aplicados no empreendimento. Mais ainda, à medida que a empresa vai

obtendo “resultados positivos” (“lucros”) a cada período, parte desses lucros fica retida na empresa, ou seja, a parte que não é distribuída para sócios ou investidores (ficando então esta parte justamente abrigada no Patrimônio Líquido).

Examinando o PL sob uma ótica cronológica, ele inicia quando os proprietários criam a empresa, colocando nela, advindo de seus próprios recursos, uma quantia inicial chamada de **Capital Social**. Os recursos aportados como Capital Social podem ser na forma de bens ou direitos, como um computador, dinheiro, veículo ou um título a receber. Mas faz-se importante salientar que uma vez colocado o recurso na empresa, apesar dela adquirir certa “obrigação” sobre esses recursos para com os sócios, os mesmos não podem exigi-los de volta sob qualquer pretexto, pois isso implicaria a extinção (descontinuidade) da empresa, sendo que o mesmo raciocínio se aplica aos recursos retidos ao longo das operações empresariais. Por essa razão o PL é chamado de uma obrigação “Não-Exigível”. Além disso, enquanto a empresa existir ela abrigará o Patrimônio Líquido que, em última instância, pertence aos sócios, por isso o PL também é chamado de **Capital Próprio**, em contraste com o Passivo, que costuma ser chamado de **Capital de Terceiros**.

A Equação Contábil

Matematicamente, podemos obter o Patrimônio Líquido através da seguinte equação contábil apresentada no Quadro 5:

$$\text{PATRIMONIO LÍQUIDO} = \text{ATIVO (bens + direitos)} - \text{PASSIVO (obrigações)}$$

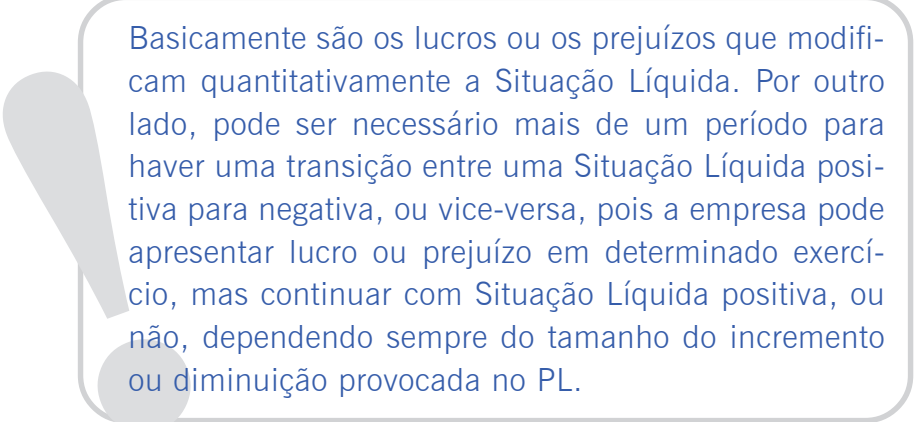
Quadro 5: Equação Geral da Contabilidade

Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

A análise da Equação Contábil permite antever as seguintes situações:

- **Primeira Situação:** o valor do Ativo é maior do que o valor do Passivo, sendo assim, temos uma Situação Líquida positiva (ativa), superavitária ou favorável. Nessa situação temos o Patrimônio Líquido positivo.

- **Segunda Situação:** o valor do Ativo é menor do que o valor do Passivo, resultando uma Situação Líquida negativa (passiva), deficitária ou desfavorável. Nesse caso temos uma situação em que todo o PL foi absorvido, deixando ainda um *déficit* de PL, chamado de “Passivo a Descoberto”.
- **Terceira Situação:** Os valores do Ativo e do Passivo são iguais, resultando uma Situação Líquida nula (também chamada compensada). Nesse caso também temos uma Situação Líquida em que todo o PL também foi absorvido, mas sem deixar *déficit*, ou seja, todo o Ativo pertence a terceiros, pois o total de bens e direitos é exatamente igual ao das obrigações.



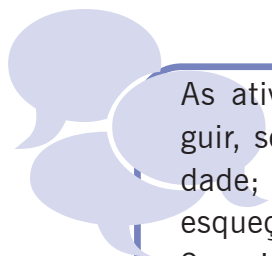
Basicamente são os lucros ou os prejuízos que modificam quantitativamente a Situação Líquida. Por outro lado, pode ser necessário mais de um período para haver uma transição entre uma Situação Líquida positiva para negativa, ou vice-versa, pois a empresa pode apresentar lucro ou prejuízo em determinado exercício, mas continuar com Situação Líquida positiva, ou não, dependendo sempre do tamanho do incremento ou diminuição provocada no PL.

Resumindo



Nesta Unidade você foi apresentado à Contabilidade sob a ótica da Ciência da Administração. Você estudou sobre o surgimento de uma empresa e as implicações desse ato. Observou como se forma o patrimônio de uma empresa e aprendeu sobre a constituição do Balanço Patrimonial, sua estrutura e regimento legal (principais leis intervenientes: Lei n. 6.404/76, n. 11.638/07 e MP n. 449/08). Também conheceu a Equação Básica da Contabilidade e as diversas situações líquidas patrimoniais.

Esta Unidade traçou considerações importantes sobre Contabilidade e Administração e deverá ser lida e bem entendida por você. Realize pesquisas em outras referências sobre os assuntos aqui abordados. A participação nos Fóruns também é importante, tendo em vista que suas dúvidas poderão ser solucionadas pelos próprios colegas ou pelos tutores.



As atividades de aprendizagem propostas, a seguir, servem para auxiliar no aprendizado da Unidade; envie as suas respostas ao tutor e não se esqueça de arquivá-las em seu banco de dados. Sugerimos que armazene as repostas em um CD-ROM ou em um *pendrive*. Esse arquivo deverá conter o seu nome, o da disciplina e informar a qual trabalho de fixação ele se refere.

Espero que tenha obtido um bom aprendizado até aqui!



Atividades de aprendizagem

1. Explique e exemplifique a relação da Contabilidade com a Ciência da Administração.
2. No texto desta Unidade foi estudada a estrutura do Balanço Patrimonial normalizada, principalmente, pelas Leis n. 6.404/76, n. 11.638/07 e MP n. 449/08 (transformada na Lei n. 11941/09). Faça uma pesquisa e comente sobre os itens do PL “Reservas”, “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, “Ações em Tesouraria” e “Prejuízos Acumulados” à luz dessas normas.
3. Nesta Unidade foi estudada a estrutura do Balanço Patrimonial normalizada, principalmente, pelas Leis n. 6.404/76, n. 11.638/07 e MP n. 449/08. Faça uma pesquisa na internet e comente sobre as diferenças produzidas por estas normas na estrutura do BP.
4. A Cia. SADA possui como negócio itens de informática. Em 31/05/2007 foi elaborado uma descrição analítica do patrimônio da empresa, descrito no quadro a seguir.
 - Reconheça cada item, atribuindo a letra (A) se for Ativo ou (P) se for Passivo.
 - No mesmo quadro, identifique as contas do Ativo Circulante e do Passivo Circulante, faça a soma de cada um e compare os dois totais. Perceba que o AC e o PC dão a noção de qual é a situação das finanças da entidade no curto prazo, ou seja, o AC informa o montante que a empresa dispõe de liquidez para saldar suas dívidas também de curto prazo, as quais estão no PC, então chegue a uma conclusão de qual é o grau de saúde financeira da empresa no curto prazo.

CIA SADA – BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES EM 31/05/2007			
	Discriminação	Valor unitário em R\$	Valor total em R\$
	Quinze computadores <i>desktop</i> marca “Dágua” que compõem o estoque para venda	1.200,00	18.000,00
	Dever de pagar à empresa “Alte S.A.” por estoque adquirido e já vendido de roteadores sem fio marca “Registrada”		2.000,00
	Dinheiro em espécie no Caixa da empresa		1.500,00
	Três mesas de escritório usadas nas atividades administrativas	500,00	1.500,00
	Título de cobrança sobre a “Sra. Nara Prodígio”, que ainda não pagou pela compra de um filtro de linha		200,00
	Soma depositada no “Banco Uruca S.A.”, conta empresarial n. 999-9, ag. 111-1		12.000,00
	Dever de pagar a seus funcionários os salários ainda não pagos, referentes ao mês de maio corrente		5.000,00
	Dever de pagar à empresa “Nobre S.A.”, por estoque adquirido e parte já vendido de memórias <i>flash</i> do tipo <i>pendrive</i> , marca “Ação”		1.800,00
	Dez computadores portáteis (<i>notebooks</i>) marca “Maior” que compõem o estoque para venda	1.500,00	15.000,00
	Título de cobrança sobre a “Sra. Lia Yvia”, que ainda não pagou pela compra de uma impressora		400,00

Estudante!

É importante que você reflita sobre os assuntos discutidos até o momento! Você pode verificar o que estudou até agora e relacionar com suas funções tanto na vida pessoal como profissional. Estudar sobre os patrimônios das entidades públicas, privadas e do terceiro setor é sua responsabilidade como membro de uma sociedade. Faça novas pesquisas e prepare-se para participar e discutir nos Fóruns. O tutor presencial de seu Pólo lhe informará o momento dessa discussão. Só assim conseguiremos saber se você está entendendo o assunto e se teremos reciprocidade de informações sobre o tema abordado.

A Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, a Contabilidade por Balanços Sucessivos e o Método das Partidas Dobradas

2 UNIDADE



Nesta Unidade você identificará os valores do lucro ou prejuízo, primeiramente verá os conceitos sobre a Demonstração do Resultado do Exercício, em seguida as formas de como apurar a Receita Líquida, o Lucro (Operacional Bruto), o Lucro (Operacional Líquido), o Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, o Lucro Após o Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e a apuração do Lucro Líquido. Finalmente, você será apresentado à Contabilidade por meio de Balanços Sucessivos e pelo Método das Partidas Dobradas (“Razonetes”), que se constituem numa forma mais simples e dinâmica de escrituração contábil.

A Estrutura Geral da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Caro Participante!

Estamos iniciando a Unidade 2. Aqui você conhecerá os valores do lucro ou prejuízo, os conceitos sobre a Demonstração do Resultado do Exercício e as formas de como apurar a Receita Líquida. É importante que você reflita ao longo de toda a leitura e se questione sobre a importância de cada assunto que está sendo colocado, inclusive relacionando-o com a realidade de sua organização.

Vamos seguir juntos nesta caminhada!

A previsão legal dada pela Lei n. 6.404/76, comanda que a cada exercício social a empresa deva elaborar a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE com o objetivo de saber qual foi o resultado que obteve em tal exercício social, se positivo ou negativo. De forma bastante sucinta, pela DRE a Contabilidade toma todas as “Receitas” auferidas no período e delas subtrai todas as “Despesas” incorridas neste mesmo período. Assim, se dessa “grande subtração” for apurado um resultado positivo, chegamos à conclusão de que esse foi o lucro da empresa no período, do contrário, se o resultado for negativo, chegamos à conclusão de que esse foi um prejuízo para a empresa no período.

A DRE obedece a um formato de relatório vertical que se inicia apresentando toda a Receita de suas operações obtida no período (“Receita Operacional Bruta”, que é a receita obtida de suas vendas, seja de produtos, mercadorias ou serviços), para depois: retirar tudo o que não se concretizou verdadeiramente como Receita; retirar os Custos incorridos; e retirar as Despesas Operacionais incorridas, ou somar as Receitas Operacionais e as Receitas Financeiras, se houver; retirar o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Como resultado será obtido lucro ou prejuízo e, havendo lucro, poderão ainda ser separadas deste as diversas participações nos lu-

ros, se houver previsão para tais participações. A seguir é apresentada uma estrutura geral da DRE com base nas previsões legais dadas pelas Leis n. 6.404/76, n. 11.638/07 e MP n. 449/08.

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (Receita de Vendas)
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA
Devoluções das Vendas
Abatimentos e Descontos Incondicionais sobre as Vendas
Tributos incidentes sobre as Vendas
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
(-) CUSTOS DAS VENDAS
Custo dos Produtos e/ou Mercadorias e/ou Serviços Vendidos
= RESULTADO (LUCRO OU PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO
(-) DESPESAS OPERACIONAIS
Despesas com Vendas
Despesas Administrativas
Despesas Financeiras
(+) Receitas Financeiras
Variações Monetárias e Cambiais Passivas
(+) Variações Monetárias e Cambiais Ativas
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS
= RESULTADO (LUCRO OU PREJUÍZO) OPERACIONAL LÍQUIDO ANTES DO “IR” e da “CSLL”
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
= LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES
(-) Participações: Debêntures, Empregados, Administradores, Outras Contribuições/Doações
(=) RESULTADO (LUCRO OU PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Quadro 6: Estrutura Geral da DRE
Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

A estrutura da DRE apresentada no Quadro 6 se constitui em um modelo “genérico”, que pode ser mais “simples” ou mais “complexo” dependendo do tamanho e nível de atividade da entidade. Por exemplo, micro e pequenas empresas, como salões de beleza, videolocadoras ou restaurantes necessitarão de DREs com menos elementos, enquanto grandes empresas provavelmente necessitarão descrever mais e melhor certos grupos de despesas, entre outros itens.

A Apuração da Receita Operacional Líquida

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (Receita de Vendas)
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA
Devoluções das Vendas
Abatimentos e Descontos Incondicionais sobre as Vendas
Tributos incidentes sobre as Vendas
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Quadro 7: A apuração da Receita Operacional Líquida

Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

A Receita Operacional Bruta – ROB se constitui de todo o faturamento (tudo o que foi vendido) do período de apuração. Na ROB eventualmente estão presentes alguns valores que não são efetivamente receita bruta de vendas. Esses valores podem incluir os tributos sobre vendas, como o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados – federal) e o ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – estadual), entre outros. Também podem ser deduzidas as devoluções de vendas, os abatimentos sobre vendas (dados justamente para evitar alguma devolução) e os descontos incondicionais concedidos (constantes da própria nota fiscal de venda e dados geralmente tendo em vista a facilitação da venda).

O Quadro 8 apresenta um exemplo da apuração da Receita Operacional Líquida – ROL:

Exemplo de cálculo da ROL		
Veja o esquema da nota fiscal de venda emitida pela indústria “XYZ” referente à venda de produtos no valor de R\$ 4.350,00. Observe ainda as incidências de 10% referente ao IPI e 25,17% de ICMS (conforme Decreto n. 2.366, de 07/05/01, publicado no D.O.E. de 08/05/01).		
Nota fiscal n. 141		
Preço do produto	4.350,00	
IPI	435,00	(soma-se ao Preço do produto)
Preço total	4.785,00	
ICMS incluso 25,17%	1.181,90	(sobre o Preço do produto)
DRE – “XYZ”:		
Receita Bruta	4.785,00	
(-) Deduções: IPI	(435,00)	
(-) Deduções: ICMS	<u>(1.181,90)</u>	
Receita Operacional Líquida	3.168,10	

Quadro 8: Exemplo da apuração da Receita Operacional Líquida – ROL

Fonte: Adaptado de Pfitscher (2008)

O Quadro 8 mostra como são realizadas as deduções do IPI e ICMS na DRE. Veja que a ROL terminou por valer apenas 66,21% da ROB (resultado obtido da divisão de 3.168,10 por 4.785). Veja também que o cálculo está em conformidade com a legislação tributária citada no cabeçalho do exemplo, ou seja, é muito comum as regras tributárias mudarem, especialmente quanto ao tamanho percentual das alíquotas (que é o percentual de incidência de um tributo sobre determinado valor tributado).

As devoluções das vendas e os abatimentos geralmente decorrem de problemas com as mercadorias que já foram vendidas, provavelmente porque uma parte das mercadorias entregues apresente características diferentes do que foi contratado. Já os descontos incondicionais sobre as vendas são dados como forma de regalia a um determinado cliente, não estando conectados a problemas posteriores à venda. O Quadro 9 apresenta um exemplo de algumas dessas situações.

Exemplo de Abatimento:

A empresa "Parcial" auferiu uma receita de vendas de R\$ 4.785,00 por venda de suas mercadorias à empresa "Total". Como uma parte das mercadorias estavam estragadas, a "Parcial" concedeu um abatimento de 5% sobre a venda à empresa "Total", que assim aceitou não devolver a parte danificada (o que fez a empresa "Total" poupar, por exemplo, com fretes, etc.).

DRE – empresa "Parcial":

Receita Bruta	4.785,00
(-) Deduções	
Abatimentos	<u>(239,25)</u>
Receita Operacional Líquida	4.545,75

Quadro 9: Exemplo de abatimento
Fonte: Adaptado de Pfitscher (2008)

Portanto, situações como as descritas aqui se constituem em reduções na forma de ajustes realizados sobre a Receita Operacional Bruta, a fim de apurar a Receita Operacional Líquida resultante. Em outras palavras, não são despesas a título de vendas, pois a receita referente a essas parcelas efetivamente **não ocorreu** (frustração da receita).

A Apuração do Resultado (Lucro ou Prejuízo) Operacional Bruto

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (Receita de Vendas)
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA
Devoluções das Vendas
Abatimentos e Descontos Incondicionais sobre as Vendas
Tributos incidentes sobre as Vendas
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
(-) CUSTOS DAS VENDAS
Custo dos Produtos e/ou Mercadorias e/ou Serviços Vendidos
= RESULTADO (LUCRO OU PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO

Quadro 10: A apuração do Resultado (Lucro ou Prejuízo) Operacional Bruto
Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

Quando o Resultado Operacional Bruto se constitui em lucro, temos o Lucro Operacional Bruto – LOB, o qual então vem da diferença entre as Vendas Líquidas (Receitas Operacionais Líquidas) e o Custo da Mercadoria Vendida (CMV), conforme mostra o Quadro 10. O CMV, ou seja, o **Custo das Vendas**, é obtido pela soma do Estoque Inicial (do período), mais as Compras (do período), menos o Estoque Final (apurado ao final do período), ou seja, “ $CMV = E_i + C - E_f$ ”.

A Apuração do Resultado Operacional Líquido antes do “IR” e “CSLL”

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (Receita de Vendas)
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA
Devoluções das Vendas
Abatimentos e Descontos Incondicionais sobre as Vendas
Tributos incidentes sobre as Vendas
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
(-) CUSTOS DAS VENDAS
Custo dos Produtos e/ou Mercadorias e/ou Serviços Vendidos
= RESULTADO (LUCRO OU PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO
(-) DESPESAS OPERACIONAIS
Despesas com Vendas
Despesas Administrativas
Despesas Financeiras
(+) Receitas Financeiras
Variações Monetárias e Cambiais Passivas
(+) Variações Monetárias e Cambiais Ativas
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS
= RESULTADO (LUCRO OU PREJUÍZO) OPERACIONAL LÍQUIDO ANTES DO “IR” e da “CSLL”

Quadro 11: A apuração do Resultado Operacional Líquido antes do “IR” e “CSLL”

Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

Quando o Resultado Operacional Líquido se constitui em lucro, temos o Lucro Operacional Líquido – LOL, o qual então vem da diferença entre o LOB e as Despesas Operacionais – DO. As DOs, conforme previsto na legislação comercial do Brasil, estão enumeradas a seguir:

- Despesas com Vendas;
- Despesas Administrativas;
- Despesas Financeiras;
- Receitas Financeiras;

- Variações Monetárias e Cambiais Passivas;
- Variações Monetárias e Cambiais Ativas; e
- Outras Despesas (ou Receitas) Operacionais.

Despesas com Vendas

- Despesas de comercialização (como distribuição dos produtos, etc.);
- Despesas com salários do pessoal da área de vendas;
- Comissões pagas aos vendedores; e
- Despesas com Mercadologia (Marketing), publicidade e propaganda; entre outras.

Despesas Administrativas

- Despesas com remuneração da administração ou direção da empresa;
- Despesas com salários do pessoal da área administrativa;
- Despesas com aluguéis de imóveis;
- Despesas com materiais de escritório; e
- Despesas com a depreciação de imóveis, veículos, móveis, etc. (“Ativo Tangível”); entre outras.

Despesas Financeiras

São aquelas levadas a cabo para remunerar o capital de terceiros, como os juros e as comissões bancárias cobradas em operações de financiamento, por exemplo. Importante salientar que uma empresa também pode obter Receitas Financeiras, por exemplo, quando obtém um desconto incondicional de um Fornecedor. Então, é necessário sempre apurar a diferença entre as Despesas Financeiras e as Receitas Financeiras ocorridas em um período. Portanto, é a resultante dessa diferença que vai anotada na DRE, ou seja, excepcionalmente poderemos ter neste item uma Receita Financeira e não uma Despesa Financeira!

Já as variações monetárias e cambiais ativas ou passivas, compreendem as variações nos valores originais de quaisquer direitos de crédito ou obrigações da entidade que decorram de atualizações provenientes de índices ou coeficientes atrelados a esses valores originais (monetária), ou de flutuações na taxa cambial (cambial) que modificam tais valores originais.

Outras Despesas (ou Receitas) Operacionais

Aqui devem ser enquadradas aquelas Despesas (ou Receitas) Operacionais que não pertençam aos grupos de Vendas, Administrativas ou Financeiras. Perceber ainda que a MP n. 449/08 eliminou a nomenclatura de despesa ou receita “não-operacional”, portanto, agora todas aquelas despesas que não se enquadrem num dos três tipos citados, entram aqui neste item de “outras” despesas ou receitas. Podem se referir a despesas com tributos que não os incidentes sobre as vendas (como multas, por exemplo), podem também decorrer de ganhos ou perdas em investimentos (participações) em outras empresas, podem ainda ser ganhos (ou perdas) de capital decorrentes de lucros (ou prejuízos) na venda de itens de ativo não-circulante/imobilizado, como por exemplo a venda de um veículo (Ativo Não-Circulante/Imobilizado) com lucro (ou prejuízo), ou a venda de Máquinas e Equipamentos (Ativo Não-Circulante/Imobilizado) com lucro (ou prejuízo), ou ainda pela venda de ações com lucro (ou prejuízo) (Ativo Não-Circulante/Investimentos), também as perdas anormais, despesas com doações ou donativos, etc.

Portanto, para a apuração do LOL antes do “IR” e da “CSLL” é necessário conhecer todas as Despesas com Vendas, Administrativas e Financeiras, além de toda e qualquer outra despesa ou receita operacional que por porventura seja ocorrente no exercício social.

Está ficando difícil?

Pare volte e releia o conteúdo para que você tenha certeza de que entendeu o assunto abordado até aqui. É muito importante que você aprenda e consiga resumir o que leu até agora.

A Apuração do Lucro após o “IR” e “CSLL”

No final de cada ano-base, calculado o valor do “IR” e da “CSLL”, esses valores passam a fazer parte do Passivo Circulante da empresa, pois se trata de obrigações de curto prazo para com o Governo Federal (pelo atual Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99 – e suas alterações, estes tributos estão sendo pagos dentro do próprio exercício social). Paralelamente são então, também, computadas as despesas referentes a tais valores, fato que irá afetar o Resultado do Exercício sob apuração. Importante perceber que, se houve “IR” e “CSLL” a pagar, é porque houve lucro, pois do contrário, ou seja, se apurado um prejuízo líquido, não haveria a incidência desses tributos.

A Apuração do Resultado Líquido do Exercício

No Quadro 12 segue demonstrada a destinação do LOL após o Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (supondo que o resultado foi positivo). Dessa forma, ao final é possível chegar ao Lucro Líquido do Exercício – LLE.

LUCRO OPERACIONAL APÓS O “IR” E “CSLL”

- (-) Participação de Debêntures
- (-) Participação de Empregados
- (-) Participação de Administradores
- (-) Outras Contribuições/ Doações

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (LLE)

Quadro 12: A Apuração do Resultado Líquido do Exercício

Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

Como podemos perceber, os Administradores podem decidir pela distribuição de parte do LOL após o “IR” e “CSLL” a título de participações: Debêntures, Empregados, Administradores e Contribuições Assistenciais ou Previdenciárias Internas. Os percentuais de dedução do LLE incidem sobre a base de cálculo de cada participação considerada sempre a dedução da participação anterior, conforme a ordem dada no Quadro 12.

Participação de Debêntures

Debêntures são títulos de longo prazo que as sociedades anônimas emitem a fim de captar recursos junto ao grande público. Assim, as debêntures adquiridas pelas pessoas são como empréstimos que elas fazem à empresa que as emitiu, por sua vez, a empresa emissora poderá deduzir as somas pagas a título de debêntures do imposto de renda a pagar (neste caso, quando o regime de apuração for pelo “Lucro Real”).

Participação de Empregados e Administradores

Conforme já comentado, essas participações são calculadas pela seguinte ordem: primeiro a dos empregados, depois a dos administradores, lembrando sempre que a base de cálculo de uma fica diminuída do tanto da participação anterior, ou seja, com base nos lucros que permanecem depois de deduzida a participação anteriormente calculada.

A exemplo da participação de Debêntures, a de empregados também pode ser deduzida do Lucro Líquido do período (quando o regime de apuração é o chamado “Lucro Real”). Por outro lado, as participações nos lucros atribuídas aos administradores não são dedutíveis.

Contribuições para Instituições ou Fundos de Assistência ou Previdência de Empregados

Essas contribuições somente são dedutíveis quando são feitas às entidades de previdência privada regularmente autorizadas a funcionar no Brasil.

Lucro Líquido por Ação

Representa a parcela do Lucro Líquido que é proporcional a cada ação da companhia, portanto, refere-se ao período de apuração do LLE apurado na DRE. Para obtê-lo basta dividir o Lucro Líquido do Exercício pelo número de ações em circulação, observando-se que valores referentes a “Ações em Tesouraria” ou “Capital a Realizar”

devem ser eliminados do cálculo quanto à parcela do “Número de Ações em Circulação”. Esse Lucro Líquido por Ação deve então aparecer na DRE, conforme determinado pelo artigo 187 da Lei nº 6.404/76, que define o modelo de DRE a ser adotado pelas empresas.

Balanços Sucessivos

Como visto na Unidade anterior, o patrimônio de uma entidade pode ser arrolado numa lista dos seus bens, direitos e obrigações, à qual chamamos de “Inventário”. Por outro lado, um inventário refere-se a um momento isolado no tempo, geralmente um dia, assim, através de um inventário pode-se conhecer a posição patrimonial de uma empresa de apenas um dia. De qualquer forma, se subtrairmos de todos os bens e direitos o montante das obrigações, obteremos como resultado a “Riqueza Líquida” dos sócios (também chamada de “Patrimônio Líquido”).

Sabemos que as entidades são dinâmicas, pois realizam constantemente operações ao longo do tempo, as quais modificam seu patrimônio. Tais operações podem ser chamadas de fatos contábeis ou eventos econômicos. Com o método dos “Balanços Sucessivos”, ou a “Contabilidade por Balanços Sucessivos”, o aluno dispõe de boa ferramenta para fixar os conhecimentos adquiridos sobre a dinâmica patrimonial das entidades (suas modificações ao longo do tempo). Com o uso dessa metodologia torna-se possível identificar os fatos contábeis ao longo do tempo para daí registrá-los de forma apropriada. O que faz tal técnica ser bastante simples é que cada operação concluída pela entidade é preparada em um Balanço Patrimonial, o qual então demonstra o estado do patrimônio da entidade após cada operação. Esse procedimento é repetido sucessivamente para cada operação, até que se conclua o período de apuração do resultado. Além disso, devemos sempre observar que o total do Ativo deve ser sempre igual ao total da soma do Passivo mais o Patrimônio Líquido.

Como ocorrem várias operações realizadas pela entidade em um período, serão construídos vários balanços em sequência, isto é, análogo a um “filme” em que cada BP constitui um quadro, sendo que quando colocados todos os BPs em sequência podemos visualizar toda a movimentação patrimonial ao longo do tempo.

Método das Partidas Dobradas

Esta é uma técnica utilizada há centenas de anos, mas sempre com a mesma utilidade apresentada até os dias de hoje. A escrituração contábil, ou seja, o registro dos fatos contábeis em livros próprios ainda é feito por meio de “Partidas Dobradas”, método publicado em 1494, pelo Frei Luca Paccioli. Mesmo com o avanço tecnológico ocorrido no ambiente informático, a lógica da técnica permanece nos modernos sistemas informatizados. A Contabilidade também se utiliza dessa técnica porque ela ainda permite a conferência dos lançamentos realizados, ajudando, portanto, na crítica de auditoria.

Lembremo-nos da equação básica da Contabilidade:

$$\text{PATRIMONIO LÍQUIDO} = \text{ATIVO (bens + direitos)} - \text{PASSIVO (obrigações)}$$

Os lançamentos em Partidas Dobradas consistem em registrar as operações em “Débitos” e “Créditos”. O total dos Débitos deve ser sempre igual ao total dos Créditos, ou seja, a cada lançamento em Débito (“lançamento de partida”) corresponde um lançamento a Crédito (“lançamento de contrapartida”). Graficamente isso é representado através dos chamados “Razonetes”, também chamados de “Contas T” em função de seu formato igual ao dessa letra do alfabeto.

Nome da Conta	
Lançamentos a Débito (lado esquerdo)	Lançamentos a Crédito (lado direito)

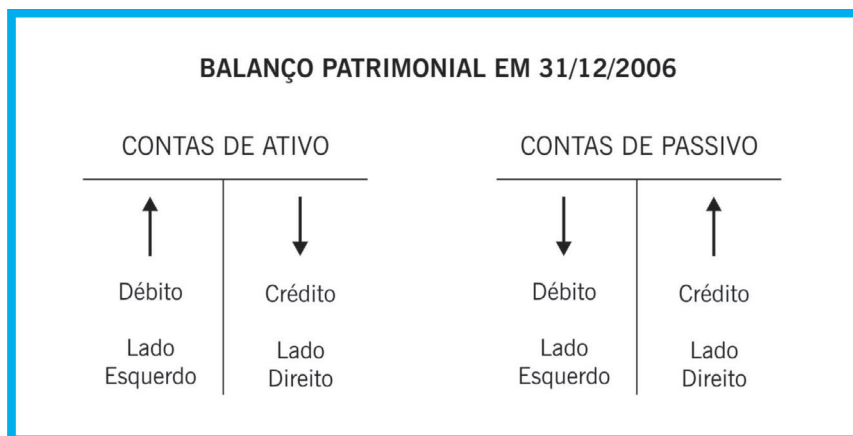
Quadro 13: “Razonete”, ou “Conta T”

Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

Importante ressaltar que o fundamento desta técnica está no equilíbrio que deve existir entre o tamanho dos débitos e dos créditos, além da necessidade de sua simultaneidade. Explicando, qualquer fato contábil é gerador de débitos e créditos, ou seja, não existe a possibilidade de se ter somente débitos ou somente créditos. Além disso, o lançamento de um fato contábil só estará completo quando a soma

dos débitos for igual à soma dos créditos, por exemplo, se houver R\$ 100,00 de débito(s) deve haver também R\$ 100,00 de crédito(s).

O Quadro 14 informa que as contas do ativo crescem através de débitos e diminuem através de créditos; enquanto as contas do passivo funcionam ao contrário, ou seja, crescem através de créditos e diminuem através de débitos. Além disso, o quadro também mostra a posição dos valores em cada “razonete”, conforme sejam valores a débito ou a crédito.



Quadro 14: Correspondência entre débitos e créditos no ativo e passivo
 Fonte: Adaptado de Casagrande (2007, p. 95)

Primeiro Exemplo: a Cia. Exemplo adquire uma nova máquina a prazo para sua fábrica, no valor de R\$ 150.000,00. Como garantia da dívida emite notas promissórias (títulos a pagar). O Quadro 15 mostra como deve ser realizado este lançamento, supondo que estas foram as únicas transações que movimentaram as contas envolvidas até o final do exercício social, em 31/12/2001 (PFITSCHER, 2008).

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2001					
ATIVO			PASSIVO		
D	Máquinas	C	D	Títulos a Pagar	C
150.000,00					150.000,00

Nota: Em que: D = Débito; C = Crédito.

Quadro 15: Primeiro exemplo
 Fonte: Adaptado de Pfitscher (2008)

Para essa transação foram debitados R\$ 150.000,00 na conta Máquinas do Ativo Não-Circulante, grupo Imobilizado, e creditados R\$ 150.000,00 na conta Títulos a Pagar do Passivo Circulante. Perceba que o Passivo representa uma “obrigação” assumida pela empresa em função de uma “aplicação” realizada no Ativo.

Segundo exemplo: em 20/07/2000 cinco pessoas resolveram fundar a empresa “XYZ” com um capital inicial de R\$ 170.000,00, totalmente integralizado no ato. Assim, o capital entregue pelos sócios fundadores não pertence mais a eles, mas à empresa XYZ, portanto, este capital agora deve fazer parte do Patrimônio Líquido da entidade, na conta Capital Social, enquanto que o dinheiro que eles entregaram deve ir para a conta Caixa, do Ativo Circulante. Portanto, o ativo foi aumentado porque sua conta Caixa foi aumentada, logo é debitado o Caixa. O Patrimônio Líquido também foi aumentado porque sua conta Capital Social foi criada, logo é creditado o Capital Social, conta do Patrimônio Líquido. O Quadro 16 mostra como deve ser realizado este lançamento, supondo que estas foram as únicas transações que movimentaram as contas envolvidas até o final do exercício social, em 31/12/2000 (PFITSCHER, 2008).

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2000					
ATIVO			PASSIVO		
D	Caixa	C	D	Capital Social	C
170.000,00					170.000,00

Quadro 16: Segundo exemplo
 Fonte: Adaptado de Pfitcher (2008)

Terceiro exemplo: com o objetivo de construir suas instalações, a Empresa “ABC” adquire à vista dois lotes de terrenos no dia 22 de julho por R\$ 31.000,00 cada um. Neste caso, O Ativo Não-Circulante, grupo Imobilizado (conta Terrenos) foi aumentado, então debita-se esta conta Terrenos. Em contrapartida a este lançamento à débito, credita-se a conta Caixa, do Ativo Circulante, uma vez que esta conta diminuiu em face do pagamento que foi realizado (PFITSCHER, 2008).

ATIVO CIRCULANTE DISPONÍVEL (CAIXA)			ATIVO NÃO-CIRCULANTE – IMOBILIZADO (TERRENOS)		
D	Caixa	C	D	Terrenos	C
170.000,00		62.000,00	62.000,00		

Quadro 17: Terceiro exemplo
 Fonte: Adaptado de Pfitcher (2008)

Bem, até aqui você verificou duas formas de contabilizar: Balanços Sucessivos e Partidas Dobradas. Faça os exercícios desta Unidade das duas formas.

E saiba também...

É comum diversos itens do patrimônio com características semelhantes serem representados em uma mesma conta, por exemplo, móveis e computadores são registrados em uma mesma conta “Móveis e Utensílios”, sendo que cada conta é devidamente numerada ou codificada de forma única por um Plano de Contas.

No caso de uma empresa comercial (compra e venda de mercadorias), a codificação em um Plano de Contas segue o raciocínio descrito a seguir (BRINCKMANN, 2008):

Contas Patrimoniais

Contas do Ativo: começam com o número 1.

Contas do Passivo e Patrimônio Líquido: começam com o número 2.

Contas de Resultado

Contas de Despesas: começam com o número 3.

Contas de Receitas: começam com o número 4.

O procedimento de numeração continua obedecendo ao seguinte raciocínio: a cada acréscimo na descrição da conta, acrescenta-se um dígito de ordem, por exemplo:

Contas do Ativo + Circulante: 1.1

Contas do Ativo + Circulante + Disponibilidades: 1.1.1

Contas do Passivo + Circulante: 2.1

Contas do Passivo + Circulante + Obrigações: 2.1.1

Exemplo

CONTA "CLIENTES": 1.1.2.002.001					
1º algarismo -	Ativo	1			
2º algarismo -	Circulante		1		
3º algarismo -	Realizável no curto prazo			2	
4º algarismo -	Clientes				002
5º algarismo -	Nara Prodígio				001



Nesta Unidade você verificou que a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE é uma demonstração dedutiva, ou seja, inicia pela Receita Bruta da qual são subtraídas todas as deduções, custos e despesas, então, obtemos, ao final, o lucro ou o prejuízo do exercício. Para tanto, são percorridas várias etapas na forma de cálculos de subtotais. Você aprendeu que a Receita Operacional Bruta é o total operacional bruto de determinado período, do qual são subtraídos os impostos sobre vendas (que pertencem ao governo); as devoluções (vendas canceladas) e os abatimentos (descontos) ocorridos no período. Somente depois desse cálculo é obtida a Receita Operacional Líquida. Desta última em diante seguem os cálculos do Lucro Operacional Bruto até o Lucro Operacional Líquido. Você viu ainda informações sobre o IR e Contribuição Social e sobre as quatro participações sobre o Lucro Líquido do Exercício, que são distribuições do lucro na forma de Debêntures, para Em-

pregados, Administração e Contribuições/Doações para previdência ou assistência. Ao final desta Unidade você conheceu duas formas de contabilizar: por “Balanços Sucessivos” e por “Partidas Dobradas”. A Contabilidade se utiliza da técnica das “Partidas Dobradas” (“Razonetes”), como ferramenta de escrituração e para conferência das contrapartidas. Cabe salientar aqui que você estudou também a importância do aprendizado dessa técnica para a sequência dos estudos, desse modo você irá compreender os lançamentos e a situação da entidade por meio da análise de suas demonstrações.

Caro estudante!

Nesta segunda Unidade torna-se necessária uma reflexão sobre o que você aprendeu até agora. Afinal, você verificou aqui os valores do lucro ou prejuízo, os conceitos sobre a Demonstração do Resultado do Exercício, as formas de como apurar a Receita Líquida e a Contabilidade por meio de Balanços Sucessivos e pelo Método das Partidas Dobradas (“Razonetes”). O objetivo desta Unidade são esses, então, certifique-se de que você conseguiu aprender tudo.

Agora faça o trabalho de fixação, que serve também para auxiliar no aprendizado desta Unidade.

Bom trabalho...



Atividades de aprendizagem

1. Defina e descreva a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.
2. Explique com as suas palavras “Como apurar a Receita Operacional Líquida”.
- 3 a 7. Exercício prático descrito nas Atividades de Aprendizagem, Parte 1 e Parte 2 (Balanços Sucessivos e Método de Partidas Dobradas - Razonetes, somente da segunda parte).

PARTE 1

Para fixar o conteúdo exposto sobre Balanços Sucessivos quanto às modificações quantitativas e qualitativas do patrimônio de todas as empresas, seguem as operações da Cia. Canarinho, obtidas em Casagrande (2007, p. 79).

Neste exercício você verá a constituição de uma empresa seguida de outras operações realizadas pela entidade criada. Tais operações são acompanhadas pela Contabilidade que as registra, sendo que esse ato de registrar chama-se então de “Escrituração Contábil”.

Os fatos contábeis (ou eventos econômicos) serão retratados ao longo do exercício conforme sua cronologia, e você deve identificá-los e registrá-los nos balanços sucessivos por meio da escrituração contábil. Continue a resolução a partir da letra C.

Início do Exercício

A Cia. Canarinho foi constituída em 16 de novembro de 2006 para prestar serviços de assessoria contábil e financeira. Através de balanços patrimoniais sucessivos, você deve registrar as operações que ela realiza desde a sua constituição (em 16 de novembro de 2006) até 30 de novembro de 2006 (supor também que 30 de novembro de 2006 é a data de término do primeiro de seus exercícios sociais). Neste exercício aparece a conta Reserva Legal. Essa é uma conta do Patrimônio Líquido, dentro do grupo "Reservas de Lucros". Nela costuma ser colocada uma parte do Lucro Líquido do Exercício (esta

parte do LLE, por sua vez, veio transferida de outra conta do PL, chamada Lucros Acumulados, a qual havia abrigado de início o LLE apurado).

Continuação do Exercício – iniciam-se os fatos contábeis

- a) Em 16 de novembro de 2006 é constituída a Cia. Canarinho com um Capital Social de R\$ 7.000,00 totalmente integralizado com R\$ 2.700,00 em moeda corrente, R\$ 3.000,00 em móveis e utensílios (para uso próprio) e R\$ 1.300,00 em material de expediente.

COMPANHIA CANARINHO	
BALANÇO PATRIMONIAL (16/11/2006)	
ATIVO	PASSIVO
Caixa..... 2.700,00	
Material de Expediente..... 1.300,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Móveis e utensílios..... 3.000,00	Capital Social..... 7.000,00
TOTAL DO ATIVO..... 7.000,00	TOTAL (PASSIVO + PL).. 7.000,00

- b) Em 18 de novembro de 2006 a Cia. Canarinho presta serviços e cobra R\$ 5.000,00 por eles. O cliente paga apenas R\$ 2.000,00 no ato.

COMPANHIA CANARINHO	
BALANÇO PATRIMONIAL (18/11/2006)	
ATIVO	PASSIVO
Caixa..... 4.700,00	
Clientes..... 3.000,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Material de Expediente..... 1.300,00	Capital Social..... 7.000,00
Móveis e utensílios..... 3.000,00	Receita de Serviços Prestados.. 5.000,00
TOTAL DO ATIVO..... 12.000,00	TOTAL (PASSIVO + PL).. 12.000,00

Continuação do Exercício – a partir daqui segue você, estudante

- c) Em 21 de novembro de 2006 os sócios da Cia. Canarinho resolvem aumentar o capital da empresa em R\$ 1.500,00, integralizando o aumento no ato com R\$ 1.000,00 em moeda corrente e com R\$ 500,00 em móveis e utensílios (para uso próprio).

COMPANHIA CANARINHO BALANÇO PATRIMONIAL (21/11/2006)	
ATIVO	PASSIVO
Caixa.....	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Cientes.....	
Material de Expediente.....	Capital Social.....
Móveis e utensílios.....	Receita de Serviços Prestados..
TOTAL DO ATIVO.....	TOTAL (PASSIVO + PL)..

- d) Em 24 de novembro de 2006 a Cia. Canarinho presta serviços no valor de R\$ 3.800,00 e recebe somente a metade no ato. Onde se encaixa esse valor no quadro?

COMPANHIA CANARINHO BALANÇO PATRIMONIAL (24/11/2006)	
ATIVO	PASSIVO
Caixa.....	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Cientes.....	
Material de Expediente.....	Capital Social.....
Móveis e utensílios.....	Receita de Serviços Prestados..
TOTAL DO ATIVO.....	TOTAL (PASSIVO + PL)..

- e) Em 26 de novembro de 2006 ocorre novo aumento do capital social em R\$ 500,00; que foi totalmente integralizado no ato com material de expediente.

COMPANHIA CANARINHO	
BALANÇO PATRIMONIAL (26/11/2006)	
ATIVO	PASSIVO
Caixa.....	
Clientes.....	
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Material de Expediente.....	Capital Social.....
Móveis e utensílios.....	Receita de Serviços Prestados..
TOTAL DO ATIVO.....	TOTAL (PASSIVO + PL)..

f) Em 29 de novembro de 2006 a Cia. Canarinho paga R\$ 40,00 para uma firma que fotocopiou alguns trabalhos seus (relatórios de trabalhos que necessitavam ser entregues em várias vias para os clientes).

COMPANHIA CANARINHO	
BALANÇO PATRIMONIAL (29/11/2006)	
ATIVO	PASSIVO
Caixa.....	
Clientes.....	
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Material de Expediente.....	Capital Social.....
Móveis e utensílios.....	Receita de Serviços Prestados..
	Despesas com reprografia.....
TOTAL DO ATIVO.....	TOTAL (PASSIVO + PL)..

g) Em 30 novembro de 2006 a Cia. Canarinho reconhece que seus empregados (assessores) fizeram jus a R\$ 2.300,00 de salário, mas paga somente a metade.

COMPANHIA CANARINHO BALANÇO PATRIMONIAL (30/11/2006)	
ATIVO	PASSIVO
Caixa.....	Salário a Pagar.....
Clientes.....	PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital Social..... Receita de Serviços Prestados.. Despesa com Salários – Assessores... Despesas com reprografia.....
Material de Expediente.....	
Móveis e utensílios.....	
TOTAL DO ATIVO.....	

h) Em 30 de novembro de 2006 a Cia. Canarinho verifica que o material de expediente existente em estoque vale R\$ 340,00.

COMPANHIA CANARINHO BALANÇO PATRIMONIAL (30/11/2006)	
ATIVO	PASSIVO
Caixa.....	Salário a Pagar.....
Clientes.....	PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital Social..... Receita de Serviços Prestados..... Despesa com Salários – assessores... Despesas com material de expediente... Despesas com reprografia.....
Material de Expediente.....	
Móveis e utensílios.....	
TOTAL DO ATIVO.....	

i) Em 30 de novembro de 2006 a Cia. Canarinho apura o resultado do período de 16/11/2006 a 30/11/2006.

COMPANHIA CANARINHO	
BALANÇO PATRIMONIAL (30/11/2006)	
ATIVO	PASSIVO
Caixa.....	Salário a Pagar.....
Clientes.....	
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Material de Expediente.....	Capital Social.....
Móveis e utensílios.....	Lucros Acumulados.....
TOTAL DO ATIVO.....	TOTAL (PASSIVO + PL)..

j) Do resultado apurado em seu primeiro exercício social, a Cia. Canarinho destina:

- (a) 30% para dividendos (que não são pagos no ato, mas serão pagos em dezembro de 2006); e
- (b) R\$ 500,00 para a Reserva Legal.

COMPANHIA CANARINHO	
BALANÇO PATRIMONIAL (16/11/2006)	
ATIVO	PASSIVO
Caixa.....	Salário a Pagar.....
Clientes.....	Dividendos a Pagar.....
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Material de Expediente.....	Capital Social.....
Móveis e utensílios.....	Reserva Legal.....
	Lucros Acumulados.....
TOTAL DO ATIVO.....	TOTAL (PASSIVO + PL)..

O último Balanço Patrimonial que você construiu é o que será publicado. Mas, além dele, serão publicadas as outras demonstrações contábeis da Cia. Canarinho, relativas ao exercício que findou em 30/11/2006. Delas, solicitamos que você elabore também a Demonstração do Resultado do Exercício (16/11/2006 a 30/11/2006). Ao elaborar a Demonstração do Resultado do Exercício considere que todas as despesas incorridas pela Cia. Canarinho em seu primeiro exercício social são componentes do “Custo dos Serviços Prestados”. Isso fará com que o “Lucro Operacional Bruto” coincida com o “Lucro Líquido do Exercício”.

COMPANHIA CANARINHO	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (2006)	
01-	
02-	
03-	
04-	
05-	
06-	

Agora realize a parte final deste exercício, lembrando que o entendimento dessa parte afeta diretamente o entendimento de alguns exercícios posteriores.

Compare o valor do Patrimônio Líquido da Cia. Canarinho constante do último balanço patrimonial de 30 de novembro de 2006, com o valor do Patrimônio Líquido da Cia. Canarinho, logo após ter sido constituída (o primeiro Balanço Patrimonial que foi dado a você, como exemplo).

Este Exercício permite concluir que:

- As receitas provocam aumento no valor do Patrimônio Líquido, mas nem todo aumento do PL decorre de “receitas auferidas”.
- As despesas provocam redução do Patrimônio Líquido, mas nem toda redução do PL decorre de “despesas incorridas”.

Agora vamos fazer a segunda parte do exercício de aprendizagem, que é uma continuação da Cia. Canarinho, para então aprendermos juntos como se faz o registro nos “razonetes” (quando usaremos os termos “débitos” e “créditos”).

Este exercício será resolvido de duas maneiras: a primeira é através da técnica dos balanços sucessivos, já conhecida, e para isso utilize as caixinhas pré-impressas; a segunda maneira é através de “razonetes”, que também estão impressos no final deste exercício. Observação: somente quanto à “Atividade de aprendizagem – PARTE 2” você deverá fazer os “razonetes” para a avaliação. Contudo, para um melhor aprendizado você poderá também realizar os “razonetes” da “Atividade de aprendizagem – PARTE 1”.

PARTE 2

O ponto de partida refere-se aos saldos das contas da Cia. Canarinho em 30/11/06. Nesses balanços sucessivos, registre as operações efetuadas em dezembro 2006, que são as seguintes:

- a) Em 5 de dezembro de 2006 a Cia. Canarinho presta um serviço a um cliente cobrando R\$ 5.000 e recebe somente R\$ 4.000,00 no ato.

COMPANHIA CANARINHO	
BALANÇO PATRIMONIAL (05/12/2006)	
ATIVO	PASSIVO
Caixa..... 10.410,00	Salário a Pagar..... 1.150,00
Clientes..... 5.900,00	Dividendos a Pagar..... 1.500,00
Material de Expediente..... 340,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Móveis e utensílios..... 3.500,00	Capital Social..... 9.000,00
	Reserva Legal..... 500,00
	Lucros Acumulados..... 3.000,00
	Receita de Serviços Prestados... 5.000,00
TOTAL DO ATIVO..... 20.150,00	TOTAL (PASSIVO + PL).. 20.150,00

É perceptível que foi preciso trazer os saldos de cada período anterior, para darmos continuidade ao registro das operações do mês de dezembro. Então, continue sozinho a registrar as demais operações. Cada um dos balanços sucessivos registrará os valores totais do Ativo e do Passivo Total para sua conferência (veja que o total do Ativo deve sempre ser igual ao total do Passivo + Patrimônio Líquido).

- b) Em 10 de dezembro de 2006 a Cia. Canarinho paga os salários que ficara devendo desde 30 de novembro de 2006.

COMPANHIA CANARINHO	
BALANÇO PATRIMONIAL (10/12/2006)	
ATIVO	PASSIVO
Caixa.....	Salário a Pagar.....
Clientes.....	Dividendos a Pagar.....
Material de Expediente.....	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Móveis e utensílios.....	Capital Social.....
	Reserva Legal.....
	Lucros Acumulados.....
	Receita de serviços prestados.....
TOTAL DO ATIVO..... 19.000,00	TOTAL (PASSIVO + PL).. 19.000,00

(Sempre confira a soma de seus lançamentos com os totais do Ativo e do Passivo + Patrimônio Líquido).

- c) Em 15 de dezembro de 2006 a Cia. Canarinho presta novos serviços, cobrando R\$ 2.500,00 e recebendo toda a quantia no ato.

COMPANHIA CANARINHO	
BALANÇO PATRIMONIAL (15/12/2006)	
ATIVO	PASSIVO
Caixa.....	Salário a Pagar.....
Clientes.....	Dividendos a Pagar.....
Material de Expediente.....	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Móveis e utensílios.....	Capital Social.....
	Reserva Legal.....
	Lucros Acumulados.....
	Receita de serviços prestados.....
TOTAL DO ATIVO..... 21.500,00	TOTAL (PASSIVO + PL).. 21.500,00

(Sempre confira a soma de seus lançamentos com os totais do Ativo e do Passivo + Patrimônio Líquido).

- d) Em 17 de dezembro de 2006 a Cia. Canarinho paga aos seus acionistas (sócios) os dividendos calculados e contabilizados em 30 de novembro de 2006.

COMPANHIA CANARINHO	
BALANÇO PATRIMONIAL (15/12/2006)	
ATIVO	PASSIVO
Caixa.....	Salário a Pagar.....
Clientes.....	Dividendos a Pagar.....
Material de Expediente.....	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Móveis e utensílios.....	Capital Social.....
	Reserva Legal.....
	Lucros Acumulados.....
	Receita de serviços prestados.....
TOTAL DO ATIVO..... 20.000,00	TOTAL (PASSIVO + PL).. 20.000,00

- e) Em 18 de dezembro de 2006 os acionistas da Cia. Canarinho resolvem pela incorporação ao capital social de parte de saldo da conta “Reserva Legal”: R\$ 350,00.

COMPANHIA CANARINHO BALANÇO PATRIMONIAL (18/12/2006)	
ATIVO	PASSIVO
Caixa.....	Salário a Pagar.....
Clientes.....	Dividendos a Pagar.....
Material de Expediente.....	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Móveis e utensílios.....	Capital Social.....
	Reserva Legal.....
	Lucros Acumulados.....
	Receita de serviços prestados.....
TOTAL DO ATIVO..... 20.000,00	TOTAL (PASSIVO + PL).. 20.000,00

f) Em 19 de dezembro de 2006 os sócios (acionistas) da Cia. Canarinho aumentam seu capital social em R\$ 3.000,00, integralizando o aumento com moeda corrente em R\$ 500,00 e com material de expediente em R\$ 2.500,00.

COMPANHIA CANARINHO BALANÇO PATRIMONIAL (19/12/2006)	
ATIVO	PASSIVO
Caixa.....	Salário a Pagar.....
Clientes.....	Dividendos a Pagar.....
Material de Expediente.....	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Móveis e utensílios.....	Capital Social.....
	Reserva Legal.....
	Lucros Acumulados.....
	Receita de serviços prestados.....
TOTAL DO ATIVO..... 23.000,00	TOTAL (PASSIVO + PL).. 23.000,00

g) Em 22 de dezembro de 2006 a Cia. Canarinho presta novos serviços, cobrando R\$ 3.500,00 e recebendo somente R\$ 2.000,00 no ato.

COMPANHIA CANARINHO	
BALANÇO PATRIMONIAL (22/12/2006)	
ATIVO	PASSIVO
Caixa.....	Salário a Pagar.....
Clientes.....	Dividendos a Pagar.....
Material de Expediente.....	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Móveis e utensílios.....	Capital Social.....
	Reserva Legal.....
	Lucros Acumulados.....
	Receita de serviços prestados.....
TOTAL DO ATIVO..... 26.500,00	TOTAL (PASSIVO + PL).. 26.500,00

h) Em 23 de dezembro de 2006 os acionistas da Cia. Canarinho resolvem incorporar ao capital social, parte do saldo da conta “Lucros Acumulados” em R\$ 2.500,00.

COMPANHIA CANARINHO	
BALANÇO PATRIMONIAL (23/12/2006)	
ATIVO	PASSIVO
Caixa.....	Salário a Pagar.....
Clientes.....	Dividendos a Pagar.....
Material de Expediente.....	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Móveis e utensílios.....	Capital Social.....
	Reserva Legal.....
	Lucros Acumulados.....
	Receita de serviços prestados.....
TOTAL DO ATIVO..... 26.500,00	TOTAL (PASSIVO + PL).. 26.500,00

i) Em 26 de dezembro de 2006 a Cia. Canarinho recebe R\$ 4.200,00 em moeda corrente, de clientes para os quais prestara serviços anteriormente.

COMPANHIA CANARINHO BALANÇO PATRIMONIAL (26/12/2006)	
ATIVO	PASSIVO
Caixa.....	Salário a Pagar.....
Clientes.....	Dividendos a Pagar.....
Material de Expediente.....	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Móveis e utensílios.....	Capital Social.....
	Reserva Legal.....
	Lucros Acumulados.....
	Receita de serviços prestados.....
TOTAL DO ATIVO..... 26.500,00	TOTAL (PASSIVO + PL).. 26.500,00

j) Em 31 de dezembro de 2006 a Cia. Canarinho reconhece que seus empregados fizeram jus a R\$ 3.600,00 de salários (de dezembro de 2006) e paga a terça parte de tal montante.

COMPANHIA CANARINHO BALANÇO PATRIMONIAL (31/12/2006)	
ATIVO	PASSIVO
Caixa.....	Salário a Pagar.....
Clientes.....	Dividendos a Pagar.....
Material de Expediente.....	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Móveis e utensílios.....	Capital Social.....
	Reserva Legal.....
	Lucros Acumulados.....
	Receita de serviços prestados.....
	Despesas com pessoal.....
TOTAL DO ATIVO..... 25.300,00	TOTAL (PASSIVO + PL).. 25.300,00

k) Em 31 de dezembro de 2006 a Cia. Canarinho constata que o consumo de “Material de Expediente” no mês de dezembro de 2006 foi de R\$ 1.440,00.

COMPANHIA CANARINHO	
BALANÇO PATRIMONIAL (31/12/2006)	
ATIVO	PASSIVO
Caixa.....	Salário a Pagar.....
Clientes.....	Dividendos a Pagar.....
Material de Expediente.....	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Móveis e utensílios.....	Capital Social.....
	Reserva Legal.....
	Lucros Acumulados.....
	Receita de serviços prestados.....
	Despesas com pessoal.....
	Material de expediente consumido...
TOTAL DO ATIVO..... 23.860,00	TOTAL (PASSIVO + PL).. 23.860,00

- I) Em 31 de dezembro de 2006 a Cia. Canarinho paga R\$ 60,00 para uma firma que, em dez/06 fotocopiou alguns de seus trabalhos.

COMPANHIA CANARINHO	
BALANÇO PATRIMONIAL (31/12/2006)	
ATIVO	PASSIVO
Caixa.....	Salário a Pagar.....
Clientes.....	Dividendos a Pagar.....
Material de Expediente.....	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Móveis e utensílios.....	Capital Social.....
	Reserva Legal.....
	Lucros Acumulados.....
	Receita de serviços prestados.....
	Despesas com pessoal.....
	Material de expediente consumido...
	Despesas com reprografia.....
TOTAL DO ATIVO..... 23.800,00	TOTAL (PASSIVO + PL).. 23.800,00

m) Em 31 de dezembro de 2006, uma vez registrada todas as operações de dezembro de 2006, a Cia. Canarinho apura o resultado de dezembro de 2006.

COMPANHIA CANARINHO BALANÇO PATRIMONIAL (31/12/2006)	
ATIVO	PASSIVO
Caixa.....	Salário a Pagar.....
Clientes.....	Dividendos a Pagar.....
Material de Expediente.....	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Móveis e utensílios.....	Capital Social.....
	Reserva Legal.....
	Lucros Acumulados.....
	Receita de serviços prestados.....
	Despesas com pessoal.....
	Material de expediente consumido...
	Despesas com reprografia.....
TOTAL DO ATIVO..... 23.800,00	TOTAL (PASSIVO + PL).. 23.800,00

n) Ainda em 31 de dezembro de 2006, uma vez apurado o resultado de dezembro de 2006, dele são destinados R\$ 200,00 para Reserva Legal e 20% para dividendos (que não são pagos no ato). O percentual de 20% é aplicado sobre o valor do Lucro Líquido apurado.

COMPANHIA CANARINHO BALANÇO PATRIMONIAL (31/12/2006)	
ATIVO	PASSIVO
Caixa.....	Salário a Pagar.....
Clientes.....	Dividendos a Pagar.....
Material de Expediente.....	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Móveis e utensílios.....	Capital Social.....
	Reserva Legal.....
	Lucros Acumulados.....
TOTAL DO ATIVO..... 23.800,00	TOTAL (PASSIVO + PL).. 23.800,00

Após todos esses lançamentos por balanços sucessivos, você deve agora realizar os “razonetes”. Visto que na vida real não utilizamos muito a forma de Balanços Sucessivos, pois ela não é nem um pouco ágil. Por isso, agora, execute o exercício também pela técnica das Partidas Dobradas (“razonetes”) para escriturar as operações.

Faça suas anotações no espaço abaixo.

Caixa	Capital Social	Reserva Legal
SI 6.410,00	9.000,00 SI	500,00 SI
	Lucros Acumulados	Clientes
	3.000,00 SI	SI 4.900,00

Os valores com “SI” vêm da Atividade de aprendizagem – primeira parte.

Faça suas anotações no espaço a seguir (cont.).

Material de Expediente		Móveis e Utensílios		Salários a pagar	
SI 340,00		SI 3.500,00			1.150,00 SI
Dividendos a pagar		A.R.E		Receitas de Serviços	
	1.500,00 SI				
Despesas com Pessoal		Consumo de Material de Expediente		Despesas com Reprografia	

Os valores com “SI” vêm da Atividade de aprendizagem – primeira parte



Caro estudante!

Envie o “Trabalho de fixação sobre a Unidade 2” ao seu tutor. Não se esqueça também de arquivá-lo em seu banco de dados. Sugerimos que armazene as repostas em um CD-ROM ou em um *pendrive*. Esse arquivo deverá conter o seu nome, o da disciplina e informar a qual trabalho de fixação ele se refere.

Bom estudo!

3

UNIDADE

A Lei n. 11.638/07 e os Princípios Fundamentais de Contabilidade



Nesta Unidade você será apresentado a algumas das principais modificações introduzidas pela Lei n. 11.638/07 e, mais ao final, você estudará sobre os assim chamados: “Princípios Fundamentais de Contabilidade”.

Lei n. 11.638/07

Olá estudante!

Estamos iniciando a Unidade 3. A partir de agora você conhecerá um pouco mais sobre as principais modificações introduzidas pela Lei n. 11.638/07.

Sua leitura, a realização das atividades e os contatos com o seu tutor e o seu professor têm um só objetivo: ajudá-lo no processo de construção do conhecimento e no desenvolvimento de habilidades que caracterizarão seu novo perfil profissional. E então? O que está esperando? Vamos juntos na busca de mais conhecimento!

Com o crescimento dos mercados mundiais, os usuários das informações financeiras se depararam com um problema: as demonstrações contábeis variavam em gênero e número de um país para outro (falta de *compliance*, ou seja, estavam em desacordo com as normas internacionais). Essa falta de *compliance* sempre trouxe sérios entraves quando da comparação entre demonstrativos de empresas de países diferentes. Atualmente, já existe consenso mundial de que os países vão se adaptando a normas internacionais de Contabilidade, a fim de minorar ou mesmo extinguir tal tipo de dificuldade.

Como você já viu, a Lei n. 6.404/76, chamada “Lei das S.A.”, vem recebendo modificações nesse sentido através de novas leis que regulam o assunto. Em 28 de dezembro de 2007 foi criada a Lei n. 11.638/07, que entrou em vigor a partir de 1º/01/2008, a qual trouxe importantes alterações regulamentares à Lei n. 6.404/76. Com essa nova lei percebemos a tendência brasileira por uma busca de padronização em nível internacional.

Especificamente em nosso caso, foi criada uma comissão que irá discutir e emitir pronunciamentos técnicos sobre procedimentos contábeis, denominada Comissão de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Ela é constituída por membros oriundos de várias instituições, entre elas: a Associação Brasileira das Companhias Abertas –

ABRASCA –, a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos e Mercado de Capitais – APIMEC – Nacional, a Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA –, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC –, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON – e a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI.

Saiba mais...

A Lei n. 6.404/76 compilada com a Lei n. 11.638/07 pode ser obtida no endereço eletrônico <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 16 nov. 2011.

Algumas Importantes Alterações Trazidas pela Lei n. 11.638/07

Algumas importantes alterações incorporadas pela Lei n. 11.638/07, que modificam itens essenciais da Lei n. 6.404/76 seguem apresentadas no Quadro 18 a seguir.

LEI N. 6.404/76	MODIFICAÇÕES OCORRIDAS
Art. 176	A companhia fechada que possuir um Patrimônio Líquido inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada a elaborar e publicar a Demonstração do Fluxo de Caixa.
Art. 177	<p>A escrituração pode ser realizada de duas formas, mas que atenda às leis tributárias e leis especiais, devendo ocorrer esses registros do seguinte modo:</p> <p>I – em livros auxiliares, sem modificação da escrituração mercantil; ou</p> <p>II – no caso da elaboração das demonstrações para fins tributários, na escrituração mercantil, desde que sejam efetuados em seguida lançamentos contábeis adicionais que assegurem a preparação e a divulgação de demonstrações financeiras com observância do disposto no caput deste artigo, devendo ser essas demonstrações auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários.</p> <p>E ainda, as normas da Comissão de Valores Mobiliários devem seguir as normas expedidas e elaboradas em consonância com os padrões internacionais de Contabilidade adotados nos principais mercados.</p>

Quadro 18: Alterações introduzidas pela Lei n. 11.638/07

Fonte: Adaptado de Pfitscher (2008)

LEI N. 6.404/76	MODIFICAÇÕES OCORRIDAS
Art. 183	<p>Para os critérios de avaliação do Ativo nas aplicações em instrumentos financeiros, como direitos e títulos de créditos, que se classificam no Ativo circulante ou realizável a longo prazo:</p> <p>a) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e</p> <p>b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito;</p> <p>E ainda:</p> <p>VII – os direitos classificados no intangível, pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização;</p> <p>VIII – os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.</p> <p>Para finalidade de registro, o valor de mercado de instrumentos financeiros pode ser obtido em um mercado ativo, mas caso não seja possível:</p> <p>1) o valor que se pode obter em um mercado ativo com a negociação de outro instrumento financeiro de natureza, prazo e risco similares;</p> <p>2) o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros para instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares; ou</p> <p>3) o valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação de instrumentos financeiros.</p> <p>Já para a recuperação dos valores de Ativos imobilizados, intangíveis e diferido:</p> <p>§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, no intangível e no diferido, a fim de que sejam:</p> <p>I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou</p> <p>II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.</p>
Art. 184	Para os critérios de avaliação do Passivo, o Passivo Exigível a longo prazo será ajustado a valor presente, e os demais passivos somente quando houver efeito relevante.
Art. 187	Coloca que as participações de Debêntures, empregados, e administradores, serão caracterizadas como despesa, mesmo na forma de instrumentos financeiros, instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados.
Art. 188	Institui a DFC e DVA, como obrigatórias sob certos quesitos.

Quadro 18: Alterações introduzidas pela Lei n. 11.638/07

Fonte: Adaptado de Pfitscher (2008)

LEI N. 6.404/76	MODIFICAÇÕES OCORRIDAS
Art. 195-A	Inclui a “Reserva de Incentivos Fiscais”: A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do art. 202 desta Lei).
Art. 197	Inclusão como “Lucros a Realizar” dos ganhos decorrentes de avaliação a valor de mercado.
Art. 199	O saldo da conta Reserva de Lucros não pode ultrapassar o Capital Social. Caso atinja o limite deverá aplicar o excesso na integralização ou aumento de Capital ou distribuição de dividendos.
Art. 226	Na ocorrência de Transformação, Incorporação, Fusão ou Cisão, serão contabilizadas pelo seu valor de mercado.
Art. 248	Para a avaliação do Investimento em Coligadas e Controladas a lei alterou seu texto, como descrito a seguir. No balanço patrimonial da companhia os investimentos em coligadas sobre cuja administração tenha influência significativa, ou de que participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante, em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com as seguintes normas:

Quadro 18: Alterações introduzidas pela Lei n. 11.638/07

Fonte: Adaptado de Pfitscher (2008)

O artigo 3º da Lei n. 11.638/07 contempla uma novidade, a definição de empresas de “grande porte”, antes inexistentes. As empresas assim enquadradas devem obedecer às disposições da Lei n. 6.404/76, independentemente de ser uma Sociedade Anônima. Veja o texto do artigo, a seguir.

Art. 3º Aplicam-se às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). (BRASIL, 2007).

Assim, a partir de 1º/01/2008, será considerada “sociedade de grande porte” a entidade que possuir um Ativo Total superior a 240 milhões de reais ou Receita Bruta Anual superior a 300 milhões de reais, independente de ser Sociedade Anônima.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis – CPC

Como já relatado anteriormente, as tendências de estudos para padronização das demonstrações financeiras em nível mundial confirmou-se com a Lei n. 11.638/76 em seu artigo 5º, pelo qual legaliza o grupo que realizará estes estudos. Esse grupo denomina-se Comissão de Pronunciamentos Contábeis – CPC – e compreende as seguintes entidades: a Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA –, a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos e Mercado de Capitais (APIMEC) Nacional, a Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA –, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC –, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON – e a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI.

Veja o texto da Lei, a seguir.

Art. 5º A Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-A:

Art. 10-A. A Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil e demais órgãos e agências reguladoras poderão celebrar convênio com entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, podendo, no exercício de suas atribuições regulamentares, adotar, no todo ou em parte, os pronunciamentos e demais orientações técnicas emitidas.

Parágrafo único. A entidade referida no caput deste artigo deverá ser majoritariamente composta por contadores, dela fazendo parte, paritariamente, representantes de entidades representativas de sociedades submetidas ao regime de elaboração de demonstrações financeiras previstas nesta Lei, de sociedades que auditam e analisam as demonstrações financeiras, do órgão federal de fiscalização do exercício da profissão contábil e de universidade ou instituto de pesquisa com reconhecida atuação na área contábil e de mercado de capitais. (BRASIL, 2007).

A Importância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade

Vejam os temas sob a ótica do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, órgão federal criado em 27/05/1946 e que representa seus congêneres estaduais (os conselhos regionais), sendo, em síntese, um órgão oficial de normatização da atividade contábil no Brasil.

Em 29/12/1993, o CFC fixou os “Princípios Fundamentais da Contabilidade” através de sua Resolução de n. 750, uma vez que eles ainda não existiam até então no Brasil. À época, essa necessidade surgiu exatamente porque esses princípios já eram divulgados em outros países, sob várias designações, como “princípios”, “regras”, “convencões”, “postulados”, “conceitos”, “pressupostos”, etc.

Os objetivos principais dos princípios são emprestar legitimidade às Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC – emanadas do CFC e serem aplicáveis nas situações concretas, a fim de fazer prevalecer a essência das transações sobre seus aspectos formais. Assim, depois daquela resolução o CFC ainda criou a norma NBC T 1-Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (norma esta que foi aprovada pela Resolução CFC n. 1.121, de 28/03/2008), pela qual se tem as diretrizes para elaboração dos demonstrativos contábeis com base naqueles princípios.

Seguindo então com a Resolução n. 750/93, em seu artigo segundo temos a seguinte redação:

Art. 2º – Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País.

Em 16 de dezembro de 1994 foi editado um apêndice à Resolução dos Princípios Fundamentais da Contabilidade na forma de outra Resolução, de n. 774, cujo objetivo foi esclarecer e aprofundar vários pontos da Resolução n. 750. Assim, com base nestas duas resoluções será exposto cada princípio pelo texto original da Resolução n. 750, acrescido de alguns comentários.

Primeiramente, vamos enumerar os princípios.

- I) da ENTIDADE;
- II) da CONTINUIDADE;
- III) da OPORTUNIDADE;
- IV) do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL;
- V) da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA;
- VI) da COMPETÊNCIA; e
- VII) da PRUDÊNCIA.

Antes de comentá-los, é preciso informar que muitos autores interpretam estes princípios das formas as mais variadas. É possível que você encontre, na literatura sobre o tema, diversas abordagens que, em grande parte, separam esses princípios em categorias, ou mesmo estabelecem certa hierarquia entre os mesmos. Diversamente a este direcionamento, vamos examinar os princípios conforme sua exposição pura na Resolução n. 750, mas lembrando importante comentário do anexo (CFC, 1994, item 1.3):

Nos princípios científicos jamais pode haver hierarquização formal, dado que eles são os elementos predominantes na constituição de um corpo orgânico, proposições que se colocam no início de uma dedução, e são deduzidos de outras dentro do sistema. Nas ciências sociais, os princípios se colocam com axiomas, premissas universais e verdadeiras, assim admitidas sem necessidade de demonstração, ultrapassando, pois, a condição de simples conceitos.

O Princípio da Entidade

Art. 4º – O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

§ único – O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil. (CFC, 1993; CFC, 1994).

De forma concisa, este princípio incorpora a ideia de que a criação de uma nova entidade subentende uma nova “pessoa” no mundo. Esta nova “pessoa jurídica”, diferente de uma “pessoa física”, mas de todos os modos uma pessoa detentora de direitos e deveres e que, tal qual uma pessoa física que possui CPF, ela possuirá um CNPJ (observação: este comentário serve apenas como exemplo didático, pois em nada obsta o fato de que uma entidade também possa existir na forma de uma pessoa física, continuando o princípio válido independente da forma adquirida pela entidade na sua concepção). Além disso, está implícito neste princípio que a criação de uma nova entidade somente pode ocorrer, a partir do fato de que essa nova entidade deva possuir o “seu próprio patrimônio”, totalmente independente e incommunicável com qualquer outro patrimônio de qualquer outra entidade.

Então, um dos principais pontos aqui é o de que o patrimônio de uma empresa não pode se confundir com o patrimônio de seus sócios (acionistas, proprietários), nem com o patrimônio de outra entidade. Por exemplo, um sócio não pode simplesmente recolher dinheiro do Caixa da empresa e com isso adquirir algum bem para si. Existe ainda um ideal maior contido neste princípio, que é o da organização da atividade humana produtiva, ou seja, a ideia de que as entidades funcionem como células de promoção do bem-estar social e, para isso, seu patrimônio não deve misturar-se com os das outras entidades, sejam elas pessoas físicas ou mesmo jurídicas.

O Princípio da Continuidade

Art. 5º – A CONTINUIDADE ou não da ENTIDADE, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

§ 1º – A CONTINUIDADE influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da ENTIDADE tem prazo determinado, previsto ou previsível.

§ 2º – A observância do Princípio da CONTINUIDADE é indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado. (CFC, 1993; CFC, 1994).

Basicamente, esse princípio informa que a Contabilidade necessita reconhecer e evidenciar em seu patrimônio todos os efeitos que nele recaem quando da ocorrência de fatos que afetam ou afetam a continuidade da empresa.

O próprio apêndice da Resolução n. 774/94, em seu item 2.2.1, apresenta exemplos em que tais fatos podem ocorrer, os quais reproduzimos a seguir:

- modificações na conjuntura econômica que provoquem alterações na amplitude do mercado em que atua a Entidade. Exemplo neste sentido é a queda de poder aquisitivo da população, que provoca redução no consumo de bens, o que, a sua vez, resulta na redução do grau de ocupação de muitas Entidades;
- mudanças de política governamental, como, por exemplo, na área cambial, influenciando diretamente o volume das exportações de determinados ramos econômicos, com efeito direto nos níveis de produção de determinadas Entidades;
- problemas internos das próprias Entidades, consubstanciados em envelhecimento tecnológico dos seus processos ou produtos, superação mercadológica destes, exigência de proteção ambiental, falta de capital, falta de liquidez, incapacidade administrativa, dissensões [sic] entre os controladores da Entidade e outras causas quaisquer que levem a Entidade a perder suas condições de competitividade, sendo gradativamente alijada do mercado;
- causas naturais ou fortuitas que afetem a manutenção da Entidade no mercado, tais como inundações, incêndios, ausência de materiais primários por quebras de safras. (CFC, 1993; CFC, 1994).

Em suma, esse princípio se aplica tanto à situação limite em que há a completa cessação das atividades da entidade, quando seus ativos materiais se modificam substancialmente e seus passivos são impactados por desembolsos futuros, advindos da extinção em si, como também àqueles casos em que há modificação no volume de operações, de forma a afetar o valor de alguns componentes patrimoniais, obrigando ao ajuste destes, de maneira a ficarem registrados por valores líquidos de realização.

O Princípio da Oportunidade

Art. 6º – O Princípio da OPORTUNIDADE refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

§ único – Como resultado da observância do Princípio da Oportunidade:

I – desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência;

II – o registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários;

III – o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da ENTIDADE, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão. (CFC, 1993; CFC, 1994).

Por esse princípio a Contabilidade deve registrar e descrever todas as variações ocorridas no patrimônio de uma entidade no momento em que elas ocorrerem. Infere-se daí que é por conta desse princípio que a Contabilidade se constitui em agregadora e fornecedora de dados seguros sobre a posição patrimonial de uma entidade em um determinado período.

Em outras palavras, por tal princípio a Contabilidade pode apresentar fielmente as informações da entidade decorrentes de suas transações com precisão e objetividade, e isso porque essas transações modificadoras do patrimônio são registradas no momento em que

ocorrem, sem que haja falta ou excesso, por isso de forma tempestiva e integral. A finalidade é a de que os registros não sejam insuficientes ou tragam falsas conclusões e informações às demonstrações contábeis da entidade.

O Princípio do Registro pelo Valor Original

Art. 7º – Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da ENTIDADE.

§ único – Do Princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL resulta:

I – a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes;

II – uma vez integrado no patrimônio, o bem, direito ou obrigação não poderão ter alterados seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão-somente, sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais;

III – o valor original será mantido enquanto o componente permanecer como parte do patrimônio, inclusive quando da saída deste;

IV – Os Princípios da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA e do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL são compatíveis entre si e complementares, dado que o primeiro apenas atualiza e mantém atualizado o valor de entrada;

V – o uso da moeda do País na tradução do valor dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos. (CFC, 1993; CFC, 1994).

Por esse princípio, os elementos integrantes do patrimônio devem estar registrados, inicialmente, pelos valores ocorridos na data em que foram transacionados, de tal forma que esse valor se torna referência na avaliação patrimonial, que resulta da determinação do

valor monetário dos componentes do patrimônio. Tal fato traz consigo o benefício de que espelha o “valor real de mercado” agregado a qualquer item patrimonial.

Por outro lado, se com o passar do tempo houver modificação de quaisquer valores, seja por que razão for, deverão ser realizados os devidos ajustes (seguindo aqui o “Princípio da Competência” – ver mais adiante), sendo que os ajustes poderão ser para mais ou para menos, em razão da essência do próprio Princípio. Cabe ressaltar que esse princípio também se aplica ao caso de doações recebidas pela entidade, pois as doações também afetam o patrimônio, aumentando o patrimônio líquido, sendo que o valor a registrar deve ser estimado conforme o “mercado”.

Por último, cabe ressaltar que o registro deve ser feito em moeda corrente do país, não sendo possível registrar em outra base monetária. Em caso de ter sido realizado uma compra de um bem em dólar, ele deve ser convertido em moeda nacional para fins de registro.

O Princípio da Atualização Monetária

Art. 8º – Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

§ único – São resultantes da adoção do Princípio da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais (art. 7º), é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do patrimônio líquido;

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas, tão-somente, o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores, ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

O princípio da atualização monetária é necessário na medida em que a moeda perde valor com o passar do tempo. Então, os valores do patrimônio registrados por seu custo original, conforme visto anteriormente, necessitam ser eventualmente ajustados, buscando com isso a manutenção da substância original, sem que implique qualquer modalidade de reavaliação.

Para efetuar a correção deve ser utilizado um “indexador”, que nada mais é do que um indicador que contenha o tanto da variação do poder aquisitivo da moeda em determinado período. Tais indicadores podem ser moedas referenciais, reais ou não, como o Dólar ou o Euro, ou mesmo indexadores propriamente ditos, como o IGP-M ou o IGP-DM. O importante é que reflitam a variação apontada por um índice geral de preços da economia brasileira, sendo que o principal é que tal indexador empreste a característica de constância de valor no tempo.

O Princípio da Competência

Art. 9º – As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

§ 1º – O Princípio da COMPETÊNCIA determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição no patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do Princípio da OPORTUNIDADE.

§ 2º – O reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração.

§ 3º – As receitas consideram-se realizadas:

I – nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à ENTIDADE, quer pela fruição de serviços por esta prestados;

II – quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;

III – pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;

IV – no recebimento efetivo de doações e subvenções.

§ 4º – Consideram-se incorridas as despesas:

I – quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para

II – pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;

III – pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo. (CFC, 1993; CFC, 1994).

Possivelmente este é o princípio cujo perfeito entendimento seja fundamental para que você obtenha clareza quanto à mecânica contábil, isto é, a mecânica dos lançamentos dos fatos contábeis pela Contabilidade de uma entidade.

Esse princípio utiliza a lógica de que o patrimônio líquido de uma entidade pode variar para mais quando a entidade “aufere” uma receita, ou pode variar para menos quando a entidade “incorre” numa despesa, sendo que os dois fenômenos ocorrem num certo período de tempo, chamado de “período de competência” (que pode ser um mês, um ano, etc.).

Pois bem, pela subtração do total das receitas do total das despesas de um determinado “período de competência” obtemos o resultado daquele período, que pode ser positivo (quando as receitas são maiores que as despesas, traduzindo-se então como um “lucro”), ou negativo (quando as receitas são menores que as despesas, traduzindo-se então como um “prejuízo”).

Importante: o princípio da competência não está relacionado com recebimentos ou pagamentos, ou seja, a Contabilidade de uma entidade está obrigada a reconhecer as receitas ou despesas de um período no momento em que elas ocorrem e por seu valor total, independentemente de haver ocorrido recebimento ou pagamento, no todo ou em parte, portanto, independentemente do efetivo “recebimento” da receita ou “pagamento” da despesa.

O Princípio da Prudência

Art. 10 – O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

§ 1º – O Princípio da PRUDÊNCIA impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.

§ 2º – Observado o disposto no art. 7º, o Princípio da PRUDÊNCIA somente se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA.

§ 3º – A aplicação do Princípio da PRUDÊNCIA ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável. (CFC, 1993; CFC, 1994).

A ideia desse princípio é a de que, diante de duas ou mais possibilidades de atribuição de valor, os fatos contábeis sejam registrados de tal forma que o menor valor do patrimônio líquido esteja refletido ao final.

Em outras palavras, havendo dúvida sobre o valor de um ativo ou um passivo, o princípio da prudência remete a sempre optar pelo menor valor, se tratar-se de um elemento do ativo, e pelo maior valor, no caso de tratar-se de um elemento do passivo.

Por outro lado, cabe salientar que a utilização deste princípio deve ser feita, também, com prudência, ou seja, sem mascarar os verdadeiros resultados com o objetivo de disfarçar possível geração de reserva assim encoberta, inversamente, esse princípio serve para assegurar a não ocorrência de valores espúrios por interesses escusos.

Saiba mais...

Para uma análise mais profunda das mudanças trazidas pela Lei n. 11.638/07 e aprofundamento do conhecimento sobre princípios contábeis, podem ser feitas consultas ao *site* da Comissão de Pronunciamentos Contábeis – CPC, em: <<http://www.cpc.org.br>> e ao do Conselho Federal de Contabilidade, em <<http://www.cfc.org.br>>.

Resumindo



Esta Unidade teve como objetivo comentar a Lei n. 11.638/07 para as Sociedades Anônimas e de Grande Porte, que veio para introduzir e regulamentar várias alterações na Lei n. 6.404/76, com o objetivo de caminhar na adequação das demonstrações brasileiras ao padrão das demonstrações contábeis no mundo. Ela instituiu a Comissão de Pronunciamentos Contábeis – CPC –, composta da Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA –, da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos e Mercado de Capitais – APIMEC – nacional, da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA –, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC –, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON – e da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI. Também foram vistos os Princípios Fundamentais da Contabilidade, dispostos pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio das resoluções 750/93 e 774/94.

Estudante!

Envie o “Trabalho de fixação sobre a Unidade 3” ao seu tutor. Não se esqueça também de arquivá-lo em seu banco de dados. Sugerimos que armazene as repostas em um CD-ROM ou em um *pendrive*. Esse arquivo deverá conter o seu nome, o da disciplina e informar a qual trabalho de fixação ele se refere.

Bom estudo!



Atividades de aprendizagem

1. Faça uma pesquisa na internet e descubra, identificando e comentando a descoberta, de pelo menos três alterações promovidas pela Medida Provisória n. 449, de 3 de dezembro de 2008, na Lei n. 11.638/07.
2. Descreva e comente cada Princípio Fundamental de Contabilidade com suas próprias palavras, exemplificando cada um deles.

Introdução à Análise das Demonstrações Contábeis

4

UNIDADE



Nesta Unidade você aprenderá sobre a análise dos demonstrativos financeiros como ferramenta adequada para a tomada de decisões na empresa. Você será apresentado às origens do tema e à sua abordagem conceitual, seguido da importância da análise das demonstrações contábeis – ADC. Na sequência, você estudará as etapas para a realização da ADC e, com brevidade, verá algumas considerações sobre a reclassificação de contas para efeito de análise. No final na Unidade, você conhecerá um estudo mais profundo sobre técnicas de análise e o uso de índices. A relevância desse estudo está no conseguimento de subsídios para a tomada de decisões por parte dos usuários da informação contábil, como administradores, investidores, bancos, governo e trabalhadores, entre outros.

Origens da Análise das Demonstrações Contábeis

Olá estudante!

Chegamos à última Unidade desta disciplina. Esperamos que você tenha conseguido um bom aproveitamento do que foi abordado até aqui. Nesta Unidade, você verá a análise dos demonstrativos financeiros como ferramenta adequada para a tomada de decisões na empresa, a origem e uma abordagem conceitual do assunto. Agora, você também conhecerá as técnicas de análise e o uso de índices. Um aprendizado eficaz depende em 90% de você. Então mãos à obra!

Até aqui entendemos claramente que o Patrimônio das entidades e suas mutações constituem-se na matéria-prima contábil. Significa dizer que a Contabilidade visa dimensionar o patrimônio, observar suas transformações ao longo do tempo e então, numa forma e processo sistêmicos promover a compilação e apresentação destas informações.

É fácil inferir do anteriormente exposto que provavelmente o ser humano sempre trouxe consigo a necessidade de realizar, de forma menos ou mais complexa, aquelas tarefas necessárias para cumprir o objetivo primordial de “contagem” do que supostamente imaginava que lhe pertencia. Alguns historiógrafos, por força da profissão, procuram apontar momentos no tempo em que o ser humano haveria de ter iniciado tal tipo de apuração patrimonial, mas é muito provável que sempre foi assim, pois é natural que as pessoas, independente de época, cultura, etc., sintam necessidade de conhecer as suas posses.

Como já vimos em pontos anteriores, de maneira mais sistematizada, é possível afirmar que a Contabilidade propriamente dita tenha começado pela confecção dos “Inventários Patrimoniais”, que também como já se aprendeu mais cedo, nada mais são do que róis

(listas) do conjunto do que se consideraria, em cada época, como a riqueza de um indivíduo ou entidade.

Como usuários da informação sobre a riqueza dos indivíduos ao longo da história, basta imaginar as estruturas existentes no passado da humanidade como, por exemplo, os romanos, que cobravam impostos (que é um tipo de tributo) das populações sob seu império, ou os senhores feudais na Idade Média, que da mesma forma cobravam prestações compulsórias (tributos) em troca de proteção, entre outros.

Com o passar do tempo outros potenciais usuários da informação contábil foram surgindo como, por exemplo, os banqueiros que passaram a financiar as atividades estatais e da burguesia emergente da Idade Média. É evidente que assim o controle patrimonial e as informações dele decorrentes tornaram-se cada vez mais complexas. Decorre deste fato a evolução das formas de dimensionar, agregar, compilar, apresentar e analisar as informações sobre o patrimônio de indivíduos e entidades.

Abordagem Conceitual

Melhor do que conceituar, é fazer uma abordagem conceitual sobre a matéria em estudo.

Como vimos, a complexidade adquirida pelo controle patrimonial certamente implicou a necessidade da evolução dos métodos, e mais recentemente, da tecnologia de software, de elaboração dos informativos contábeis e da análise das informações neles contidas.

Assim, decorreu deste contexto a criação de estudos temporais, comparativos e inferenciais da informação contábil, os quais continuam a acontecer, pois as técnicas para tanto prosseguem em constante melhoria, seja pelo avanço do conhecimento, seja pela inovação tecnológica.

Os Usuários das ADC e suas Necessidades de Informações

Segundo Brinckmann (2008), o objetivo da análise das demonstrações contábeis consiste em extrair informações desses relatórios e torná-las úteis à tomada de decisões através de técnicas específicas e da própria intuição dirigida do analista por sua experiência e conhecimentos passados.

A análise de um demonstrativo contábil deve possibilitar ao analista um entendimento não só do atual estado patrimonial da entidade, mas também do comportamento das variáveis que levaram a este estado ao longo do tempo. Esta constatação conduz à indispensabilidade de que as informações a serem trabalhadas sejam provenientes de apurações contábeis integralmente levantadas e relatórios contábeis corretamente elaborados.

Por outro lado, não basta somente ter informações bem compiladas e relatórios precisamente confeccionados, o analisador também precisará conhecer o contexto em que se dá a análise. Isto ocorre porque as informações contidas nos relatórios são de cunho eminentemente financeiro, fato que traz a necessidade do avaliador conhecer outras variáveis, além das eminentemente financeiras, que certamente trazem influência sobre os resultados que a entidade vem obtendo.

Para que seja possível ao analista diagnosticar e analisar a situação em que uma entidade contábil se encontra, em um determinado período, é necessário saber o que se pretende obter com a análise, ou seja, que local queremos conhecer. É necessário também conhecer para quem se destina a análise e o período que se deseja analisar (estas seriam como que as “características gerais” da análise). Finalmente, os métodos a utilizar devem ser bem conhecidos, além da validade, confiabilidade e a extensão e profundidade da análise, a fim de emitir o diagnóstico e proceder à análise propriamente dita.

Além disso, fator de suma importância é conhecer o público para o qual se dirige uma análise desta natureza, uma vez que os resultados obtidos por fórmulas, ou esboçados em percentualidades, certamente precisam ser “traduzidos” para o entendimento das pessoas do grupo ao qual se destina a análise. De forma genérica e conforme a NBC T 1, aprovada pela Resolução CFC n. 1.121/08, são usuários “externos” da informação contábil (Quadro 19):

UTILIZADOR	TIPO DE INFORMAÇÃO MAIS UTILIZADA
Entidades governamentais de arrecadação	Especialmente para finalidade de estruturação da política tributária.
Órgãos reguladores ou autoridades fiscais	A fim de direcionar políticas públicas específicas.
Investidores em geral	Precisam de informações sobre o risco envolvido nos investimentos (nível de retorno que podem obter).
Empregados	Não só os empregados, mas sindicatos e associações necessitam conhecer o desempenho das empresas para orientar as negociações de interesse.
Credores em geral	A fim de determinar a capacidade de pagamento da entidade para honrar os compromissos assumidos com os credores.
Fornecedores em geral	Que precisam conhecer as necessidades de seus clientes para orientarem-se em relação à formulação de políticas de negócio, como descontos, adiantamentos, etc.
Público em geral	As pessoas são atingidas de alguma forma pela atividade das empresas, seja pelo desenvolvimento das comunidades, seja mesmo por prejuízos que podem advir das atividades empresariais.

Quadro 19: Usuários dos Relatórios e Análises Contábeis

Fonte: Adaptado de Brasil (2008)

São os informes contábeis construídos pela Contabilidade que vão apresentar os fatos contábeis registrados ao longo de um período organizados de forma sistematizada. A maior parte dos relatórios contábeis são obtidos a partir de dois relatórios financeiros, o “Balanco Patrimonial – BP” e a “Demonstração do Resultado do Exercício – DRE”, já estudados anteriormente. O que diferencia um relatório do outro é a maneira de agrupar as informações compiladas pelo sistema contábil.

Sabemos também que existem relatórios financeiros obrigatórios e não obrigatórios. No caso da obrigatoriedade, ela pode se referir tanto à confecção quanto à imposição da publicação, pois embora sejam obrigatórios para as sociedades de capital aberto em bolsa e de grande porte, para as demais, e em parte, terminam por serem cobrados pela legislação fiscal.

Além dos relatórios propriamente ditos, existem outras peças também de confecção e divulgação obrigatórias, como é o caso das “Notas Explicativas”, as quais deverão conter explicações pormenorizadas a respeito de todos os valores diferenciados constantes do demonstrativo contábil a que se referem, os quais (os valores) por si só não deixam claro os critérios e práticas utilizados quando de sua ge-

ração. Dessa forma podemos dizer que as notas explicativas funcionam como complemento do informativo contábil.

Além das notas explicativas, existem ainda outros relatórios que devem ser montados e publicados, como é o caso dos “Relatórios da Administração”. Tais relatórios trazem informações bastante preciosas a respeito das políticas adotadas pela empresa, como a da distribuição dos dividendos, além de importantes análises conjunturais que apontam para onde vai o planejamento global da empresa. Certamente, este tipo de informação talvez somente pudesse ser obtido se conhecêssemos alguém de dentro da empresa, o que geralmente não acontece, assim, além de termos acesso a estas informações relevantes, temos também a responsabilidade assumida pelos administradores por sua publicação.

Por fim, cabe ressaltar sobre outra importante peça publicada, o “Parecer dos Auditores Independentes”. Este parecer é obrigatório e é produzido por empresas idôneas e preparadas para isso, as quais procedem a um exame minucioso das informações contábeis da empresa, de forma a concluir por sua correção ou não, sendo que também assume responsabilidade sobre a conformidade legal dos conteúdos dos pareceres relatados e divulgados: “Relatórios da Diretoria”, “Relatórios da Administração”.

Demonstrações Financeiras

Conforme a Lei n. 6.404/76 e considerando as alterações introduzidas pela Lei n. 11.638/07, as demonstrações contábeis obrigatórias são as seguintes (Quadro 20):

DEMONSTRAÇÕES OBRIGATÓRIAS SEGUNDO LEIS EM VIGOR

LEI N. 6.404/76 E LEI N. 11.638/07 *1

- I – Balanço Patrimonial
- II – Demonstração do Resultado do Exercício
- III – Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
- IV – Demonstração de Fluxos de Caixa
- V – Demonstração do Valor Adicionado

Nota 1: A Lei n. 6.404/76 remete as empresas obrigadas a publicar seus informes contábeis no fim dos exercícios sociais, sendo que a publicação deve se dar em “jornal de grande circulação” e no “Diário Oficial da União”.

Nota 2: As demonstrações contábeis serão obrigatoriamente complementadas por notas explicativas, podendo ainda apresentar outros quadros analíticos, ou demonstrações suplementares necessárias para detalhamento do seu conteúdo e esclarecimento da situação patrimonial, financeira e do resultado do exercício, incluindo informações de natureza social, de produtividade e sobre os segmentos dos negócios.

*1 Consultar estas leis para entender de forma pormenorizada outros aspectos relevantes.

Quadro 20: Demonstrações obrigatórias segundo leis em vigor

Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

Importante: Conforme ordenamento dado pela CVM, a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA – é substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL. Então, por conta disso, a DMPL vem ganhando preferência, uma vez que se constitui em demonstrativo mais completo, contendo, inclusive, a própria DLPA. Outro aspecto importante diz respeito à Demonstração do Valor Adicionado – DVA –, a qual somente é obrigatória para as companhias abertas.

A Análise das Demonstrações Financeiras

A operacionalização da análise se dá seguindo uma ordem de procedimentos.

Em primeiro lugar devemos obter os demonstrativos que se vai analisar. Neste estudo nosso foco se dá prioritariamente sobre o Balanço Patrimonial – BP – e secundariamente sobre a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE. Uma forma de obter estes demonstrativos das empresas listadas na bolsa de valores brasileiras é entrar no sítio da BOVESPA <<http://www.bovespa.com.br/>> e dali baixar os informativos de companhias que se deseja analisar, sendo que devemos procurar sempre analisar uma mesma empresa por vários exercícios sociais.

Obtidos os demonstrativos procedemos aos cálculos de indicadores que são construídos a partir de diferentes formas de agrupamento dos grupos de contas. De certa forma ou construímos índices que nos dão a posição financeira de curto prazo da empresa, porque são utilizados valores do curto prazo do AC e do PC, ou elaboramos índices que nos permitem avaliar a composição dos capitais, porque são empregados os valores dos capitais próprios e de terceiros e como eles estão “imobilizados”, ou formulamos índices que nos dão a posição econômica da empresa, porque são usados os valores do PL em comparação com o Ativo, ou calculamos índices de rotação que nos permitem conhecer como a empresa está “girando” seus estoques, recebimentos e pagamentos.

Os Quadros 21 e 22 apresentam um resumo desses principais índices.

INDICADORES	FÓRMULA
ÍNDICES DE LIQUIDEZ	
Liquidez Geral	$\frac{AC + ARLP}{PC + P\tilde{N}C}$
Liquidez Corrente	$\frac{AC}{PC}$
Liquidez Seca	$\frac{AC - \text{Estoques}}{PC}$
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Caixa} + \text{Bancos} + \text{Aplicações Financeiras}}{PC}$
ÍNDICES DE COMPOSIÇÃO	
Grau de Endividamento (ou da Dívida)	$\frac{PET}{PL} \%$
Participação de Capitais de Terceiros	$\frac{PET}{PET + PL} \%$
Composição do Endividamento	$\frac{PC}{PET} \%$
Imobilização do Patrimônio Líquido (ou “do Capital Próprio”)	$\frac{A\tilde{N}C - ARLP}{PL} \%$
ou sem a utilização de Capital de Terceiros (Somente quando possível aferir o quanto do Passivo Não-Circulante está vinculado ao Ativo Não-Circulante)	ou sem a utilização de Capital de Terceiros $\frac{A\tilde{N}C - ARLP - P\tilde{N}C}{PL} \%$

Quadro 21: Interpretação dos Índices
Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

INDICADORES	FÓRMULA
Imobilização de Recursos Permanentes (ou não correntes)	$\frac{A\tilde{N}C - ARLP}{PL - P\tilde{N}C} \%$
Endividamento Geral (mede a utilização de capitais de terceiros para financiarem ativos)	$\frac{PET}{Ativo\ Total} \%$

Quadro 21: Interpretação dos Índices
Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

ÍNDICES DE RENTABILIDADE	
Rentabilidade da Empresa (Return on Investment – ROI) Ponto de vista da Empresa X (“vezes”)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} \%$ → <i>payback</i> do investimento TRI = taxa de retorno do investimento X (“vezes”)
Rentabilidade do Empresário (Return on Equity – ROE) Ponto de vista dos Proprietários (Rentabilidade do Patrimônio Líquido)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{PL_{\text{médio}}} \%$ → <i>payback</i> dos proprietários PL _{médio} = média do PL entre o início e o fim do exercício gerador do LL considerado
Margem de Lucro Líquida (“Lucratividade”)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita de Vendas}_{\text{liquida}}} \%$
Rentabilidade do Ativo Total (Taxa de Retorno s/ Investimentos)	Margem de Lucro Líquida × Giro do Ativo % (Ver fórmula do Giro do Ativo nos índices de Rotação)
ÍNDICES DE ROTAÇÃO	
Giro do Ativo (“Produtividade”)	$\frac{\text{Receita de Vendas}_{\text{liquida}}}{\text{Ativo Total}_{\text{médio}}}$ Ativo Total _{médio} = média do Ativo Total entre o início e o fim do exercício gerador do Resultado apurado
Rotação dos Estoques (RE) (Prazo Médio de Renovação de Estoques) (Corresponde ao <i>Giro dos Estoques</i> em <i>n. de vezes</i> com base em 1 período de 360 dias)	$\frac{CMV}{\text{Estoque Médio de Mercadorias}}$, sendo $\overline{EM} \text{ de Mercadorias} = \frac{\text{Saldo}_{\text{Inicial}} + \text{Saldo}_{\text{Final}}}{2}$
Prazo Médio de Renovação de Estoques (Giro dos Estoques em <i>nº de dias</i> se o período considerado para o cálculo de “RE” foi de 360 dias)	$\frac{360}{RE}$ ou $\frac{\text{Estoque Médio de Mercadorias}}{CMV} \times 360$
Prazo Médio de Recebimento de Vendas (ou Contas a Receber)	$\frac{\text{Média de Contas a Receber}}{\text{Receita Bruta de Vendas}} \times 360$
Prazo Médio de Pagamento de Compras (ou Fornecedores)	$\frac{\text{Média de Fornecedores}}{\text{Compras}} \times 360$

Quadro 22: Índices de rentabilidade e giro
Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

Como Interpretar os Indicadores (resumo)

ÍNDICES DE LIQUIDEZ	
<p>Dão conta da capacidade da empresa em conseguir resolver seus compromissos de curto prazo, ou seja, quanto do AC está comprometido com o PC.</p> <p>Se houver muito endividamento, é preciso observar se este fato pode influenciar a insolvência da empresa observando os prazos envolvidos tanto no AC como no PC.</p>	
<p>Interpretação: quanto maior melhor</p>	
DEFINIÇÃO DO INDICADOR:	PONTOS IMPORTANTES A CONSIDERAR
<p>Liquidez geral: é importante para verificar se a empresa tem solidez financeira suficiente para cobrir os compromissos de curto e longo prazo assumidos com terceiros.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quando o índice é satisfatório a empresa tem boa estrutura financeira, e quando não, a empresa está nas mãos de terceiros, ou seja, a empresa encontra-se próxima de uma situação de insolvência. • Deverá ser comparado com os demais índices de liquidez, pois, em períodos longos, pode existir grande divergência entre as datas de recebimento dos Ativos e de pagamento dos Passivos. • Exemplo de possível distorção: aquisição de grande financiamento totalmente investido no AÑC, assim, não há acréscimo de AC, mas há no PC ou PÑC, no entanto, com o passar do tempo, aquele AÑC provavelmente irá gerar receita. • É importante apreciar vários anos, a fim de verificar a perda paulatina ou não do poder de pagamento geral da empresa.
<p>Liquidez corrente: revela a capacidade financeira da empresa para cumprir os seus compromissos de curto prazo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quando igual a um, indica solvência suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo. Quando superior a um, indica folga financeira. • Considerações a serem levantadas são: prazo, estoques, impostos a recuperar e despesas pagas antecipadamente. • Além disso, verificar a natureza dos investimentos a curto prazo. • É mais significativa a análise comparativa da Liquidez Corrente da empresa focalizada com o indicador que mede, pelo menos, a média do setor a que pertença a empresa. • O quociente de Liquidez Corrente ideal fundamenta-se no ciclo operacional da empresa (produção ou comercialização). • Quanto mais demorado for o ciclo operacional e mais elevado o prazo médio de financiamento das vendas, mais recursos serão exigidos para o Ativo Circulante de modo a permitir que seu montante seja superior ao do respectivo Passivo Circulante.

Quadro 23: Interpretação dos Índices
 Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

DEFINIÇÃO DO INDICADOR:	PONTOS IMPORTANTES A CONSIDERAR
<p>Liquidez corrente: revela a capacidade financeira da empresa para cumprir os seus compromissos de curto prazo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Se o ciclo operacional for realizado a prazo muito curto, menor soma de recursos será exigida para o Ativo Circulante, face a alta rotação de seus componentes (estoques e contas a receber, por exemplo). ● Um supermercado, por exemplo, possuindo alta rotação de estoque e um prazo médio de recebimento de contas a receber bastante curto (vendas a prazo), ainda assim não terá problemas financeiros mesmo que seu índice de Liquidez Corrente seja 1. ● Por outro lado, outro tipo de empresa que não possua tanto dinheiro em caixa diariamente como um supermercado e que além disso apresente longos ciclos de tempo para vender e receber suas vendas (rotação de estoques e de clientes), certamente necessitará apresentar um ILC bastante maior que 1. ● Outro aspecto a se prestar atenção é se o valor de mercado dos Estoques é maior que seu custo histórico, pois assim haverá desvirtuamento do ILC para muito menos. ● Observar ainda que o ILC pode ser melhorado a qualquer momento pelo pagamento das dívidas de curto prazo, desde que haja condições para isso, sendo que seria adequado até mesmo a obtenção de descontos pela antecipação de pagamentos. Da mesma maneira a empresa também pode melhorar este índice tentando antecipar seus recebimentos.
<p>Liquidez seca: capacidade líquida de cumprir seus compromissos em curto prazo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Mostra a capacidade líquida para os devidos desembolsos, pois desconsidera os estoques do AC. ● Este índice resulta da verificação das disponibilidades e direitos de curto prazo que podem se transformar em dinheiro contra o pagamento do total das suas exigibilidades de curto prazo, constantes no Passivo Circulante. ● A ideia de retirar os Estoques do cálculo serve para poder dimensionar como os direitos de curto prazo (como duplicatas a receber, títulos a receber, etc.) e as aplicações financeiras podem se tornar dinheiro antes do que os Estoques que estão à venda, pois estes possuem grau de liquidez menor do que os direitos realizáveis a curto prazo. ● De toda a forma, o importante para o analista será comparar os indicadores em apreciação com as médias do setor da empresa sob análise.
<p>Liquidez imediata: capacidade imediata de honrar seus compromissos de curto prazo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Este índice leva em conta somente as disponibilidades (em dinheiro, como caixa, banco e aplicação de liquidez imediata), denotando o quanto em “dinheiro vivo” a empresa possui para pagar as obrigações de curto prazo. Se maior do que um, talvez seja indicativo de que a empresa possui recursos ociosos que poderiam ser aplicados no mercado financeiro de curtíssimo prazo, ou para obter descontos atrativos.

Quadro 23: Interpretação dos Índices
 Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

DEFINIÇÃO DO INDICADOR:	PONTOS IMPORTANTES A CONSIDERAR
Liquidez imediata: capacidade imediata de honrar seus compromissos de curto prazo.	<ul style="list-style-type: none"> • O problema aqui é que se relaciona valores disponíveis com outros valores que vencerão nas datas as mais variadas (amanhã, 10 dias, 360 dias!). Assim, geralmente esse índice serve mais às empresas financeiras que necessitam possuir encaixes regulares diários junto ao Banco Central (“compulsório”).
<p>ÍNDICES DE ESTRUTURA DE CAPITALS</p> <p>Servem para evidenciar o grau de endividamento da empresa em decorrência das origens dos capitais investidos em Não-Circulantes, especialmente no Imobilizado. Eles mostram a proporção existente entre os capitais próprios e os de terceiros, sendo calculados com base nos valores extraídos do Balanço Patrimonial.</p> <p>Assim, do confronto entre capitais próprios e de terceiros, ficamos sabendo quem investiu mais na empresa: proprietários ou terceiros.</p>	
<p>Interpretação: quanto menor melhor</p>	
DEFINIÇÃO DO INDICADOR:	PONTOS IMPORTANTES A CONSIDERAR
<p>Grau de Endividamento (ou da Dívida).</p> <p>Revela a proporção existente entre capitais de terceiros para cada real de capital próprio.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto menor melhor, pois menor será o grau de endividamento e maior será a liberdade financeira da empresa para tomar decisões. • Se menor que o padrão do setor, ou menor que 100%, melhor, pois indicará maior participação de capital próprio e maior liberdade financeira. • Caso maior que 1, deve-se examinar onde está sendo aplicado o Capital de Terceiros, pois se não houver grande aplicação em Imobilizado, pode ser que a situação financeira da empresa não seja realmente ruim. • Quando o grau de endividamento for elevado a empresa encontrará dificuldade para obtenção de recursos financeiros, pois as instituições financeiras exigem garantias cada vez maiores nestas situações. • O capital de terceiros é importante, mas deve ser administrado de forma que os lucros obtidos com sua aplicação em investimentos sejam adequados frente aos juros que remunerarão esses capitais. • Importante sempre comparar este índice de uma empresa com os padrões de mercado.
Participação de Capitais de Terceiros.	<ul style="list-style-type: none"> • Complementa o anterior, pois mostra o percentual de Capital de Terceiros em relação a todo o “Capital em Giro” (que corresponde à soma do Capital de Terceiros mais o Capital Próprio envolvidos na atividade econômica da empresa). • Por este índice é possível inferir se a utilização de capitais de fora da empresa não está além dos limites considerados recomendáveis para a estabilidade financeira da empresa. Não deve ultrapassar 50%, porque do contrário a empresa estaria utilizando mais Capital de Terceiros do que Capital Próprio.

Quadro 23: Interpretação dos Índices
 Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

DEFINIÇÃO DO INDICADOR:	PONTOS IMPORTANTES A CONSIDERAR
Composição do endividamento: esse quociente fornece a fração entre as obrigações de curto prazo e as totais.	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto menor melhor, pois haverá maior tempo para a empresa obter recursos para saldá-los. • Se não estiver bom, para gerar recursos a curto prazo a empresa poderá: (a) negociar dívidas para longo prazo, (b) adotar práticas para aumentar vendas, (c) incentivar os clientes a pagar antecipadamente. • Veja que obrigações de longo prazo são mais fáceis de serem pagas com recursos originados das operações de negócio, o índice, portanto, dá uma ideia da qualidade da dívida. • Quanto menor este índice, maiores são os prazos que a empresa terá para saldar seus compromissos, conseqüentemente terá uma situação financeira atual melhor.
Endividamento Geral.	<ul style="list-style-type: none"> • Mede a utilização de capitais de terceiros que estão a financiar seus ativos. Quanto menor, melhor.
Imobilização do PL: o quociente revela qual parcela do PL foi utilizada para financiar aquisição de AÑC, ou seja, quanto a empresa imobilizou para cada real do PL. Por diferença, o restante estará provavelmente aplicado no AC.	<ul style="list-style-type: none"> • $CCP = PL - AÑC$ (Capital Circulante Próprio: parcela do PL investida no AC). • Revela a dependência ou não de capital de terceiros para financiar recursos a curto prazo. • Quando este quociente indicar que todo o $AC + ARLP$ está sendo financiado por CT, deverá ser analisada a composição do endividamento. • Quanto maior for o percentual, menor será a participação de capital próprio para financiar o AC, logo, maior será a dependência de CT para isso. Quando for o contrário, revela que a empresa possui liberdade financeira para movimentar seu negócio. • A necessidade de utilizar CT para imobilização deve surgir somente em casos de reestruturação física, devendo ainda ser negociado sempre para o longo prazo.
Imobilização de recursos não correntes (curto prazo): mostra qual a proporção existente entre o AÑC e os recursos não correntes. Em outras palavras, quanto a empresa investiu para cada real de $PL + PÑC$.	<ul style="list-style-type: none"> • Serve para verificar se o CCP negativo foi compensado por empréstimos a longo prazo (ocorre quando o PL é inferior ao AÑC, uma vez que $CCP = PL - AÑC$). • Quando o excesso das imobilizações sobre o PL for financiado pelo PC, a empresa poderá enfrentar problemas de liquidez para solver tais compromissos de curto prazo. • Em momentos em que a empresa experimenta crescimento, o CCP pode apresentar-se negativo. • Quando houver evidência de utilização de CCP negativo, é necessário analisar a solvência, ou seja: $\frac{AT}{Passivo Exigível Total}$, que, se < 1, indica Passivo a Descoberto. • É sempre preferencial imobilizar com PL.

Quadro 23: Interpretação dos Índices
 Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

ÍNDICES DE RENTABILIDADE	
<p>Servem para aferir a capacidade econômica da empresa, isto é, a capacidade do capital investido na empresa em gerar lucros. São utilizados a DRE e o BP para calcular os indicadores.</p>	
<p>Interpretação: quanto maior melhor</p>	
DEFINIÇÃO DO INDICADOR:	PONTOS IMPORTANTES A CONSIDERAR
<p>A boa administração do Ativo (PL+CT) implica maior retorno para a empresa. Já os proprietários desejam sempre saber o quanto este retorno representa para o capital que investiram (o PL).</p>	<p>Existem situações em que um empréstimo pode impactar positivamente na rentabilidade do empresário, reduzindo o tempo de retorno do capital investido. Por outro lado, um empréstimo também pode reduzir a rentabilidade do negócio, ou seja, é bom para o acionista mas ruim para a empresa.</p>
<p>Giro do ativo: evidencia a proporção existente entre o volume das vendas e os investimentos totais efetuados na empresa, ou seja, sua “produtividade”; o quanto vendeu para cada real investido.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Deve indicar se o volume de vendas realizadas no período foi adequado em relação ao total investido na empresa. • É importante saber qual o volume de vendas ideal. • Mostra como os gastos variam em função da atividade.
<p>Margem líquida: revela a margem de “lucratividade” obtida pela empresa em função do seu faturamento, isto é, quanto a empresa obteve de lucro líquido para cada real vendido.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Evidencia a margem de lucro em relação às vendas. • Quanto maior é o quociente maior são os lucros, sendo importante comparar este índice com o giro do ativo. • Quando o giro do Ativo é superior a um e a margem líquida é inferior a um, indica que a aparente situação favorável não é suficiente para cobrir os gastos. Se for o contrário, significa que a empresa administra bem seus gastos em relação às vendas, mas não suficientemente para dar o retorno esperado pelo investimento no Ativo.
<p>Rentabilidade do Ativo: evidencia o potencial de geração de lucros por parte da empresa.</p> <p>TRI = Taxa de Retorno do Investimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Se for o contrário a empresa administra bem seus gastos em relação às vendas, mas não é o suficiente para dar o retorno esperado no ativo. • $TRI = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita de Vendas líquida}} \times \frac{\text{Receita de Vendas líquida}}{\text{Ativo Total}_{\text{médio}}}$ • Empresas que ganham na margem é porque ganham no preço, já as que ganham no giro é porque vendem mais. • É necessário saber o lucro no investimento da empresa, tanto na utilização de capital próprio quanto de terceiros. • Empresas que comercializam produtos ou serviços de maior valor agregado unitário precisam comercializar seu ativo em um ano para “lucrar na margem” (exemplos: telefônicas, seguradoras, companhias aéreas, etc.). Mas empresas em situação inversa “lucram no giro” (exemplos: supermercados, empresas de transporte coletivo, etc.). Assim, se uma companhia aérea deseja uma TRI anual de 20% e sabe que leva 10 anos para comercializar uma vez seu Ativo, deve planejar uma Margem de Lucro de 200% (pois $TRI = \text{Margem} \times \text{Giro}$: $0,20 : 0,10 = 2,00$).

Quadro 23: Interpretação dos Índices

Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

DEFINIÇÃO DO INDICADOR:	PONTOS IMPORTANTES A CONSIDERAR
Rentabilidade do PL: revela qual foi a taxa de rentabilidade obtida pelo capital próprio investido na empresa, isto é, quanto a empresa ganhou de lucro para cada real de capital próprio investido.	<ul style="list-style-type: none"> ● Considerar o valor médio do PL. ● Quanto maior o índice, maior é a lucratividade do capital próprio. ● Termina por determinar o tempo necessário para o retorno do capital investido. ● Investidores e proprietários poderão comparar ganhos do capital investido com outros investimentos do mercado que poderiam ter sido feitos ao invés de investir na empresa.
ÍNDICES DE ROTAÇÃO	
Os índices de rotação ou giro demonstram o nível de atividade de certos elementos operacionais da empresa em um determinado período e são calculados relacionando contas do Balanço Patrimonial com contas da DRE.	
Interpretação: Cada indicador terá uma definição.	
DEFINIÇÃO DO INDICADOR:	PONTOS IMPORTANTES A CONSIDERAR
Giro do Ativo.	<ul style="list-style-type: none"> ● Este indicador está ligado diretamente à ideia de renovação, ou seja, em que periodicidade certos elementos patrimoniais estão se renovando (“girando”). ● Esse índice mede o volume de vendas da empresa em relação ao capital total investido. Esta relação estabelece o valor das vendas realizadas pela empresa para cada unidade monetária de investimento (1,00). Desta forma, quanto maior for o resultado desta relação, em tese, melhor terá sido o desempenho da empresa.
Rotação do Estoque ou Giro do Estoque.	<ul style="list-style-type: none"> ● Esse índice demonstra quantas vezes o estoque é vendido e repostado novamente. Quanto mais rápido for vendida a mercadoria em estoque melhor. Neste sentido, quanto maior melhor.
Prazo Médio de Renovação de Estoques (PMRE).	<ul style="list-style-type: none"> ● O prazo médio vai complementar a análise sobre o giro dos estoques, pois irá demonstrar, em quantidade de dias, a sua renovação, ou seja, o tempo de reposição dos estoques. Assim, quanto mais rápido for o giro, menor é o tempo de venda dos estoques. Neste sentido, quanto menor este indicador melhor, pois indica que as vendas estão rápidas.
Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV), ou Contas a Receber.	<ul style="list-style-type: none"> ● Este indicador representa a quantidade de dias que a empresa leva para receber suas contas. Por isso, quanto menor melhor. ● Tem a função de apresentar a relação existente entre o valor médio das contas a receber e o total das vendas brutas. O resultado da relação indica a quantidade de vezes que o saldo médio da conta Duplicatas a Receber (“Clientes”) foi renovado.
Prazo Médio de Pagamento de Compras (PMPC), ou Fornecedores.	<ul style="list-style-type: none"> ● O prazo médio de pagamento das compras (PMPC) indica quantos dias, em média, a empresa demora para pagar seus fornecedores. ● Em geral, quanto maior melhor, ou seja, estará havendo maior prazo para o pagamento das compras.

Quadro 23: Interpretação dos Índices
 Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

Saiba mais...

A análise das demonstrações contábeis é fundamental para o economista conhecer profundamente a empresa que pretende estudar. Assim, solicitamos uma leitura mais profunda nas referências abaixo especificadas.

MARION, José Carlos. *Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo. *Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras*. 15. ed. São Paulo: Frase, 2007. (Capítulo 17).

Para que o aprendizado seja alcançado é interessante a sua participação nos Fóruns, principalmente para oportunizar a troca de informações e obtenção de auxílio dos tutores presenciais e a distância. Participe agora e não se esqueça de realizar o Trabalho de fixação estabelecido no final desta Unidade.

Bom estudo!

Resumindo



Nesta Unidade você aprendeu sobre a importância da análise das demonstrações contábeis e o que é necessário para analisar os números de uma empresa, os quais quantificam os aspectos econômicos e financeiros da entidade. No início do estudo foi apresentada uma breve contextualização, pela qual foram mostradas as variadas necessidades das empresas quanto ao conhecimento de sua situação econômico-financeira. Na continuidade do estudo foram apresentados alguns métodos de análise, com destaque para a “Análise por Índices”. Especialmente na “Análise por Índices” você estudou os Índices de

Liquidez, Composição, Rentabilidade e Rotação. Também foi apresentada a você a ideia de que o estudo individual de um indicador isolado pode não ser suficientemente representativo de toda a situação real da empresa em um determinado momento, ou seja, é necessário conhecer e comparar a maior quantidade possível de indicadores. Para um melhor aprendizado, torna-se necessária a sua participação nos Fóruns e a realização do exercício de fixação desta Unidade.



Estudante!

Envie o “Trabalho de fixação sobre a Unidade 5” ao tutor. Não se esqueça também de arquivá-lo em seu banco de dados. Sugerimos que armazene as repostas em um CD-ROM ou em um *pendrive*. Esse arquivo deverá conter o seu nome, o da disciplina e informar a qual trabalho de fixação ele se refere. Bom estudo!



Atividades de aprendizagem

1. Construa um breve histórico da análise de balanços, consultando mecanismos de busca da internet.
2. Obtenha o BP e a DRE de empresas de mesmo ramo e de vários períodos consecutivos, por exemplo, do Ramo Elétrico, e compare pelo menos três casos para verificar as similitudes e diferenças entre, por exemplo, os Custos e as Despesas das empresas, seu desempenho, rentabilidade, etc., a fim de mostrar os vários aspectos implicados aos gestores, como a proporção das Receitas Operacionais Brutas e Líquidas, dos Lucros ou Prejuízos em cada caso, etc. Não se esqueça de anexar as demonstrações analisadas.

Exemplo:

Análise das DRE das Empresas “A”; “B” e “C”.

“Ao analisar as demonstrações destas empresas verificou-se que as Despesas Operacionais representam 30% das Receitas Operacionais Líquidas e as Despesas Operacionais Administrativas representam apenas 10% destas Receitas.”

Lembre-se, você deve analisar todas as contas do BP (“Análise por Índices”) e DRE das três empresas em cada período e comparativamente entre períodos, assim você estará praticando análises “verticais” e “horizontais”. Construa um relatório para cada um dos demonstrativos, ou seja, um para a análise dos BP e outro para a análise das DRE.

Referências



BRASIL. *Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976*. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404compilada.htm>. Acesso em: 4 nov. 2011.

_____. *Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007*. Altera e revoga dispositivos da Lei n. 6.404/76, e da Lei n. 6.385/76. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 4 nov. 2011.

_____. *MP n. 449, de 03 de dezembro de 2008*. Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 11.638/07. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Mpv/449.htm>. Acesso em: 7 mai. 2009.

BRINCKMANN, Roque. *Contabilidade para administradores*. Florianópolis: UFSC – Apostila do Ensino Presencial, 2008.

CASAGRANDE, Maria Denize Henrique; BORGERT, Altair. *Contabilidade geral e gerencial: curso de graduação a distância em Administração*. Florianópolis: Departamento de Administração/UFSC, 2007.

CASAGRANDE, Maria Denize Henrique. *Contabilidade I: curso de graduação a distância em Ciências Contábeis*. Florianópolis: Departamento de Ciências Contábeis/UFSC, 2007.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. *Resolução n. 750/1993*. Dispõe sobre os princípios de contabilidade. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1993/000750>. Acesso em: 4 nov. 2011.

_____. *Resolução n. 774/1994*. Aprova o Apêndice à Resolução sobre os princípios fundamentais de contabilidade. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1994/000774>. Acesso em: 4 nov. 2011.

_____. *Resolução n. 1.121/2008*. Aprova a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001121>. Acesso em: 4 de nov. 2011.

_____. *Resolução n. 1.159/2009*. Aprova o Comunicado Técnico CTG 2000 que aborda como os ajustes das novas práticas contábeis adotadas no Brasil trazidas pela Lei nº. 11.638/07 e MP nº. 449/08 devem ser tratados. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001159>. Acesso em: 4 de nov. 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____.; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R. *Manual de contabilidade das sociedades por ações* (Aplicável às demais sociedades). São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 14. ed. São Paulo: Atlas. 2009.

_____. *Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial*. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2009.

MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial*. São Paulo: Atlas, 1998.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo. *Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras*. 15. ed. São Paulo: Frase, 2007.

PFITSCHER, Elisete Dahmer. *Contabilidade e análise de balanços I*. Florianópolis: UFSC – Apostila do Ensino Presencial, 2008.

REDAELLI, Dauro Rodrigues. *Apostila do curso de Ciências Contábeis da UFSC*, 2000. Trabalho não publicado.

RIBEIRO, Osni Moura. *Estrutura e análise de balanço fácil*. 6. ed. 2. tir.: 2001. São Paulo: Saraiva, 1999.

ROSA, Fabrícia S. *Análise das demonstrações contábeis*. Florianópolis: UFSC – Apostila do Ensino Presencial, 2006.

Roque Brinckmann

Graduado em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1982); Pós-graduado em Finanças pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995); Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998); Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004). e Pós-Doutor pela Universidade de León, Espanha. Atualmente é professor adjunto II da Universidade Federal de Santa Catarina. Possui experiência na área de Administração, Contabilidade e Economia, com ênfase em Métodos e Modelos Matemáticos e Estatísticos aplicados à análise, atuando principalmente nos seguintes temas: matemática nebulosa e estatística aplicada às ciências contábeis (finanças e análise), educação (métodos e ferramentas – presencial e a distância; avaliações).



<http://moodle.roque.prof.ufsc.br>